

**Samya Nery Fontoura Simões**

**Orçamento Participativo Digital:  
Análise do processo evolutivo de implantação pela Gestão  
Pública Municipal de Belo Horizonte.**

**Belo Horizonte  
2009**

**Samya Nery Fontoura Simões**

**Orçamento Participativo Digital:  
Análise do processo evolutivo de implantação pela Gestão  
Pública Municipal de Belo Horizonte**

Monografia apresentada ao Curso de Pós- Graduação da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial à obtenção do título de Pós - Graduada em Gestão Pública.

Área de Concentração: Administração Pública

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Simone Cristina Dufloth

**Belo Horizonte**

**Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da FJP**

**2009**

... “Detém poder, quem tem informação”...

Dedico esse trabalho a duas pessoas que foram essenciais para a concretização dessa monografia: à Tia Sinhá que tem me acompanhado desde o tempo da graduação e, a orientadora, Simone Dufloth pela paciência, atenção, confiança em minha capacidade e parceria adquirida. E aos demais colaboradores: Heloiza Calumby, Flávia Caldeira e Virgílio Moreno agradeço as informações que vieram validar a pesquisa.

2009

## **RESUMO**

O presente estudo realiza uma pesquisa referente ao Orçamento Participativo Digital enfocando o processo evolutivo de implantação dessa experiência na Gestão Pública Municipal de Belo Horizonte.

Objetivo deste trabalho envolve a análise das etapas de evolução do processo do Orçamento Participativo Digital, utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação como, a internet, para promover a democracia participativa. E a análise dos principais aspectos positivos e negativos dessa modalidade iniciada em 2006 na cidade de Belo Horizonte.

A metodologia da pesquisa envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo com responsáveis pelo Orçamento Participativo Digital da Prefeitura de Belo Horizonte.

**Palavras - Chave: Democracia participativa, tecnologias da informação e gestão pública.**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL.....	11
2.1 Modelos de Gestão Pública.....	15
2.2 Modernização do Estado brasileiro: Questões Centrais.....	16
2.3 Gestão Pública Municipal no Brasil.....	17
2.4 Gestão Pública e Democracia Participativa na Prefeitura de Belo Horizonte.....	18
2.5 Modelo de Gestão Pública da Prefeitura de Belo Horizonte: Breve Histórico.....	20
2.6 Evolução do Instrumentos de Democracia Participativa na Prefeitura de Belo Horizonte.....	22
2.7 As Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramenta da Gestão Pública .....	23
3. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.....	26
3.1 Orçamento Participativo e suas Modalidades.....	28
3.2 Metodologia de Implantação do Orçamento Participativo.....	30
3.2.1 Análise da Metodologia de Implantação do Orçamento Participativo.....	31
4. METODOLOGIA DA PESQUISA .....	34
5. ESTUDO DE CASO: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE.....	36
5.1 Resultados da Experiência do Orçamento Participativo Digital na Prefeitura de Belo Horizonte .....	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
ANPÊNDICES.....	54
ANEXOS.....	56

## LISTA DE FIGURAS

1. Grafico 1 Distribuição do percentual de votos por obra mais votada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.....	45
1- Resultado do Número de Acessos ao Site do Orçamento Participativo Digital por País 2006.....	39
2- Resultado do Número de Acessos ao Site do Orçamento Participativo Digital por Cidade 2006.....	40
3- Total de Acessos por Cidade Mineira no Processo de Votação do Orçamento Participativo Estado2006.....	41
4- Resultados do processo de Votação do Orçamento Participativo Digital 2008 por País.....	42
5- Total de Acessos por Estados no Período de Votação do Orçamento Participativo Digital 2008.....	43
6- Total de Acessos por Cidade Mineira no Processo de Votação do Orçamento Participativo Digital.....	44
7. Resultados do Processo de Votação do Orçamento Participativo Digital 2008....	45
8 Projeções da Freqüência Relativa no processo de Votação do OP Digital 2009.....	46
9- Projeções da Distribuição Diária do Processo de Votação do OP Digital 2009.....	47
10-Projeções das Estimativas para o Processo de Votação do OP Digital 2009.....	47

## LISTA DE SIGLAS

**AGM** - Auditoria Geral do Município

**Bate –papos** – salas de conversa da internet

**Belotur** – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte-

**CAC** - Centro de Apoio Comunitário

**Chat** – sala de conversação na internet

**C.S** - Centro de Saúde

**Comforça** - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Orçamento Participativo.

**CAPTCHA** - *Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart* ( Sistema de prevenção contra invasão de rackers no sistema)

**Drenurbs** - Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte

**GEOP** - Gerência de Orçamento Participativo

**GGOP** - Grupo Gerencial do Orçamento Participativo

**GLI** - Gerência de Planejamento e Informação

**GTAS** - Gerência de Coordenação Técnica de Auditoria de Sistemas

**IQVU** - Índice de Qualidade de Vida Urbano

**LINKS**- é o nome de um navegador web em modo texto, desenvolvido em código livre.

**OP** - Orçamento Participativo

**OPH** - Orçamento Participativo da Habitação

**OPUS** - Sistema informacional que permite o acesso a todos os documentos que circulam na prefeitura de Belo Horizonte.

**PGE** - Plano Específico Global

**PMBH** – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

**Proas** – Programa de Assentamento

**PROCON**- Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor

**Prodabel** – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S.A

**SAC**- Serviço de Atendimento ao Cidadão

**Site** - é um conjunto de páginas Web, isto é, de hipertextos acessíveis geralmente pelo protocolo HTTP a Internet.

**Software** - é o nome dado ao *comportamento* exibido por essa seqüência de instruções quando executada em um computador ou máquina semelhante.

**SMURBE** - Secretaria Municipal de Políticas Urbanas

**Sudecap** - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

**TIC** – Tecnologia da Informação e Comunicação

**TRE** – Tribunal Regional Eleitoral

**Umei** - Unidade Municipal de Educação Infantil

**UPs**- Unidades de Planejamento

**Urbel** – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

**Web** - A World Wide Web (que em português significa, "Rede de alcance mundial"; também conhecida como Web e WWW) é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet.



## **1 INTRODUÇÃO**

Vive-se um novo paradigma da Sociedade da Informação com o desenvolvimento de sistemas e com o uso da tecnologia de informação e comunicação. Neste novo contexto o governo integra e amplia suas ações para o benefício da cidadania.

O uso das modernas tecnologias de informação e comunicação tem possibilitado ao governo um novo meio para disponibilizar informações. Sua crescente utilização configura-se em oportunidades para que se crie novos serviços, com melhor qualidade e menor custo, e principalmente, favoreça a participação efetiva da sociedade na gestão pública através de questionamentos, apresentando soluções junto aos gestores para a resolução de possíveis problemas.

A internet está associada à automação de serviços públicos e à utilização tem se tornado uma das principais ferramentas da sociedade da informação para promover uma “democracia participativa” e tem possibilitado trocas de idéias com a sociedade civil, sendo que todos os problemas pessoais, sociais e institucionais encontram-se abertos para o debate.

Segundo Maia a Internet (2000, p.1), “pode proporcionar um meio através do qual o público e os políticos podem se comunicar, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos”.

Especificamente, a esfera pública municipal também incorporou reformas administrativas objetivando a implantação das políticas públicas baseadas na criação da Lei Municipal Orgânica dos Municípios, que proporcionou incentivos para maior participação da sociedade na administração pública. A Internet, neste contexto, pode proporcionar condições favoráveis ao governo e à própria sociedade para o fortalecimento de canais de comunicação multidirecionais contribuindo para o controle social e o exercício da democracia participativa.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução do processo de implantação do OP Digital no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte como instrumento de democracia participativa.

Especificamente, pretende-se:

Analisar as etapas do processo evolutivo do Orçamento Participativo Digital iniciado na Prefeitura de Belo Horizonte.

Analisar os principais aspectos positivos e negativos da experiência do Orçamento Participativo Digital na Prefeitura de Belo Horizonte.

O Orçamento Participativo Digital reflete a utilização da internet através de suas ferramentas tais como e-mails, *chats* e conferências eletrônicas para que se possa decidir sobre qual aspecto a cidade sofrerá modificações futuras.

Esta monografia encontra-se dividida em sete capítulos, sendo o primeiro esta Introdução. O segundo capítulo, de contextualização, apresenta a Gestão Pública no Brasil, os modelos de gestão pública, a modernização do estado brasileiro e questões centrais, o modelo de gestão pública da prefeitura de Belo Horizonte e um breve histórico; e a evolução dos instrumentos de democracia participativa na prefeitura de Belo Horizonte. O Orçamento participativo na Gestão Pública Municipal de Belo Horizonte e suas modalidades, metodologia de Implantação do Orçamento Participativo, análise da metodologia do orçamento participativo são apresentados no terceiro capítulo. No Quarto capítulo, é apresentada a Metodologia de Pesquisa do Estudo de Caso do Orçamento Participativo Digital na Prefeitura de Belo Horizonte. O quinto capítulo consiste no Estudo de Caso: Orçamento Participativo Digital na Prefeitura de Belo Horizonte e análise do Orçamento Participativo Digital no Município de Belo Horizonte. O sexto refere-se aos Primeiros Resultados da Experiência do Orçamento Participativo Digital na Prefeitura de Belo Horizonte. O sétimo capítulo, considerações finais.

## 2. GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

A discussão para um novo modelo de Gestão Pública no Brasil surgiu na década de 70 devido à necessidade de reforma do Estado brasileiro, com o fim do militarismo. Essa necessidade surgiu da má atuação do governo militar caracterizado por problemas como a falta de controle financeiro; má gestão de governantes e burocratas em relação à sociedade; o excesso de politização da burocracia nos estados e municípios, excesso da fragmentação das empresas públicas perdendo o foco de atuação governamental. Nesse contexto, para combater esses problemas deixados pelo período militar mudanças no governo brasileiro foram realizadas no final da década de 1980 com a Constituição de 1988.

Segundo Abrucio (2007, p.68) “Os constituintes mexeram em várias questões atinentes à administração pública”. Abrucio (2007) apontou três conjuntos de mudanças a serem destacadas que interferem na gestão pública no Brasil:

- a) A democratização do Estado voltada para a redefinição do papel do Ministério Público, com o objetivo de reforçar os princípios da legalidade e da publicidade resultando em uma nova maneira de controle externo da administração pública;
- b) A descentralização demanda que ganhou relevância na Constituição de 1988;
- c) A reforma do serviço público, através da profissionalização da burocracia, com a criação de concursos públicos e a criação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 1986;

Neste sentido, Abrucio (2007, p. 68) afirma que:

Após 20 anos de centralismo político, financeiro e administrativo, o processo descentralizador abriu oportunidades para maior participação cidadã e para inovações no campo da gestão pública, levando em conta a realidade e as potencialidades locais. Impulsionadas por esta mudança, várias políticas públicas foram reinventadas e disseminadas pelo país.

E, no contexto, dessas mudanças de oportunidades de maior participação cidadã na década de 80 também, surgem os movimentos sociais e a necessidade de uma nova noção de cidadania.

Segundo Dagnino (1994, p.105) “há duas dimensões que presidem a emergência dessa nova noção de cidadania e que devem ser lembradas para marcar o seu terreno próprio”.

A primeira dimensão está ligada aos movimentos urbanos sociais, onde a cidadania reflete a luta de direitos à igualdade e à diferença de grupos sociais.

A segunda voltada à organização estratégica de construção democrática e transformação social entre as dimensões da cultura e da política.

Dagnino (1994, p.105) diz que “a construção da cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática”.

A autora afirma que a cultura democrática no Brasil está marcada por uma sociedade na qual a desigualdade econômica contribui para o autoritarismo social.

Para Rua (1995) as políticas públicas resultam das demandas originadas do sistema político. Essas demandas devem refletir as necessidades das áreas de saúde, educação, transportes, segurança pública, previdência social, etc.

Assim Rua (1995, p.3) afirma que:

De maneira bem simplificada, podemos considerar que grande parte da atividade política dos governos se destina a tentativa de satisfazer as demandas que lhes são dirigidas pelos atores sociais ou aquelas formuladas pelos próprios agentes do sistema político, ao mesmo tempo em que articulam apoios necessários.

Torres (2007, p.35) afirma:

Um dos fundamentos teóricos das políticas de descentralização seria exatamente a vantagem de aproximar o formulador/executor e a população atingida pelas políticas públicas, o que traria maior capacidade de controle social, aperfeiçoamentos, ajustes e democratização das ações estatais. Nesse sentido, tem sido feito um grande esforço de descentralização das políticas públicas nos moldes da constituição de 1988. Também foram implementados esforços de organização e mobilização da sociedade civil, visando aperfeiçoar e incrementar as ações do poder público, especialmente nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Contudo, as discussões para um novo modelo de gestão pública no Brasil, refletem à expectativa de maior participação da sociedade nas decisões governamentais.

Para Abrucio (2007, p.75) a reforma Bresser não sustentou a reforma da administração pública:

devido a má impressão que deixou o governo Collor, a pouca relevância dada ao tema por parte do núcleo central do poder e as resistências da área econômica criaram obstáculos ao projeto do plano diretor, a oposição petista à reforma, movida pelo peso do corporativismo dentro do partido e por uma estratégia de tachar qualquer reforma da era FHC de "neoliberal".

Apesar do governo de Fernando Henrique Cardoso ter sido marcado pelo empobrecimento da agenda da gestão pública, proporcionou inovações vinculadas ao planejamento, com o Plano Plurianual, que reflete avanço na programação orçamentária. (ABRUCIO, 2007, p.75)

Abrucio (2007) aponta cinco movimentos da gestão pública brasileira:

O primeiro, está relacionado à questão fiscal, através da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O segundo trata-se da introdução de diversas novidades no campo de políticas públicas pelos governos estaduais e municipais como maior participação social e a expansão dos centros de atendimento integrado.

O terceiro movimento reflete as inovações nas políticas públicas, vinculadas à área social, tais como: mecanismos de avaliação, formas de coordenação administrativa e financeira e o avanço do controle social.

O quarto movimento destaca o uso de indicadores para o plano plurianual.

O quinto e último movimento envolve a ação reformista mais significativa da gestão pública brasileira, ou seja, o governo eletrônico.

Jardim (2000, p.5) afirma que o governo eletrônico:

Expressa uma estratégia pela qual o aparelho de Estado faz uso das novas tecnologias para oferecer à sociedade melhores condições de acesso à informação e serviços governamentais, ampliando a qualidade desses serviços e garantindo maiores oportunidades de participação social no processo democrático.

Torres (2007, p.42) destaca que “quanto mais intensa for a circulação das informações maiores serão as chances e oportunidades para que as políticas públicas sejam implantadas de maneira a ganhar em eficiência e eficácia”.

Segundo Abrucio (2007, p.77) “o governo Lula continuou uma série de iniciativas advindas da experiência anterior da modernização do Estado brasileiro”. As iniciativas a que ele se refere envolvem: o reforço de algumas carreiras públicas; o governo eletrônico com a fiscalização da Controladoria Geral da União no combate a corrupção; o uso da democracia participativa na discussão do Plano Plurianual envolvendo a população.

Abrucio (2007, p.77) afirma que “Ao mesmo tempo em que abre as portas da administração pública à politização, o governo Lula deixa como legado positivo o aperfeiçoamento de mecanismos de controle da corrupção”.

## 2.1 Modelos de Gestão Pública

“Desde o final da década de 70, a reforma do Estado se tornou palavra de ordem em quase todo mundo”. (ABRUCIO, 1997, p.9)

O modelo gerencial para Abrucio (1997) se incorporou ao setor público devido à falta de recursos públicos, ao enfraquecimento do poder estatal e do avanço de uma ideologia do setor privado.

Para Abrucio (1997, p.9) são quatro os fatores sócio-econômicos que contribuíram para a crise do Estado contemporâneo: a crise econômica mundial iniciada em 1973; a própria crise fiscal que enfraqueceu a base do antigo modelo do Estado; a falta de habilidade dos governos para resolver problemas e, à globalização e as transformações tecnológicas a que se tem observado.

Com recursos mais escassos foi necessária a redução de gastos com o pessoal e o aumento da eficiência governamental. Os cortes de gastos faziam parte dos objetivos do modelo gerencial, também conhecido como *managerialism*, que substituiria o modelo weberiano. Segundo Abrucio (1997, p.10) “A ascensão de teorias extremamente críticas às burocracias estatais o *public choice* nos Estados Unidos e o ideário neoliberal hayekiano... abriu espaço para o avanço do modelo gerencial como referência do setor público”.

O *managerialism* foi incorporado à modernização do setor público, a conceitos como busca contínua da qualidade, descentralização e avaliação dos serviços públicos pelos cidadãos. (ABRUCIO, 2007, p.11)

Ainda segundo Abrucio (1997), há atualmente mais de um modelo gerencial, o puro, que teve como premissa principal, a produtividade. Na década de 80 uma nova abordagem foi introduzida no setor público, a administração da qualidade total (TQM). Essa perspectiva de qualidade surgiu no momento em que os clientes/consumidores tornavam – se o foco da administração pública.

Surgiu, então, outro modelo de gestão, o contratual para os serviços públicos. Este modelo possui três dimensões: a criação de relações contratuais, associada à falta

de recursos; a contratual que evita a situação de monopólio e o controle e avaliação do andamento dos serviços públicos por parte dos consumidores.

Mais um modelo a ser mencionado é o da competição em que os consumidores podem escolher pela qualidade dos serviços prestados. “Contudo, esse pressuposto do modelo de competição nem sempre é verdadeiro, pois nem todos têm a possibilidade de escolher...”. (ABRUCIO, 1997, p.25)

O Public Service Orientation (PSO) segue a seqüência de modelo de gestão tendo como objetivo introdução de conceitos como accountability e a igualdade na prestação de serviços.

Os novos modelos de gestão pública tentam incorporar as suas características, a utilização das tecnologias da informação e comunicação, proporcionando aos governos maior qualidade na prestação dos serviços..

## **2.2 Modernização do Estado Brasileiro: Questões Centrais**

Segundo Abrucio (2007, p.72) “A renovação da agenda reformista passa pela definição de quais são as questões centrais para a modernização do Estado brasileiro”. Nesse sentido, propõe quatro eixos estratégicos: profissionalização, eficiência, efetividade e transparência/*accountability*”.

A profissionalização da burocracia contribui para um modelo de gestão moderno com a redução dos cargos comissionados; da profissionalização dos servidores que ocupam altos cargos com o objetivo de obter a realização de boas políticas públicas; da redefinição das carreiras estratégicas de Estado; da capacitação dos servidores públicos e parcerias entre a União, o Estado, Município e sindicatos proporcionando o direito à greve aos servidores públicos.

O segundo eixo ligado à eficiência está voltado para a mudança no orçamento. Abrucio (2007) propõe que as metas governamentais sejam monitoradas e avaliadas através da alocação das despesas públicas. E conclui ainda que “o governo



eletrônico é o instrumento com maior potencial para elevar a eficiência governamental no Brasil”. (ABRUCIO, 2007, p.82)

A efetividade é outro eixo pontuado por Abrucio(2007) objetivando uma gestão a longo prazo, de forma que as políticas públicas tenham seu desempenho avaliados pelos próprios cidadãos. Portanto, a gestão por resultados contribui para a efetividade das políticas públicas.

O último eixo estratégico retrata o aumento da transparência e responsabilização do poder público. Esse eixo objetiva o controle da sociedade e requer uma gestão transparente. Destaca o envolvimento da população com vistas ao combate a corrupção.

Nesse contexto, Abrucio (2007,p.84) enfatiza “os Tribunais de Contas, conselhos de política públicas e ouvidorias precisam cumprir seus papéis institucionais onde não efetivos”.

Segundo Rua (1995,p.6) “Um estado de coisas geralmente se transforma em problema político quando mobiliza ação política”.

### **2.3 Gestão Pública no Brasil**

Segundo Torres (2007, p.87) “Uma questão adicional a ser atacada pela bibliografia sobre a descentralização das políticas públicas no Brasil diz respeito às dificuldades burocráticas dos municípios, os mais carentes e distantes”.

Nesse contexto, o autor afirma que o processo de transferência de responsabilidades e atribuições para os municípios tem sido precário, sucateado, ineficiente o que tem desmotivado a burocracia pública municipal. (TORRES, 2007, P.86)

O governo federal tem investido em qualificação profissional; com planos de carreira satisfatórios; em recomposições salariais; na melhoria dos serviços públicos, apostado na área da tecnologia da informação disponibilizando redes de comunicação interna tais como bancos de dados e páginas na internet para que a

informação esteja acessível ao cidadão. Estabelecendo um paralelo entre o governo federal e governo municipal, a situação tem sido diversa.

Torres afirma que:

Um número enorme de servidores de acordo com pesquisa já citada pelo IBGE(3.629.948 da administração direta e 221.930 da administração indireta, totalizando 3.851.878 servidores públicos municipais no Brasil datados de 2001) referem-se a recursos humanos desmotivados, mal remunerados, sem treinamento ou profissionalização, sem planos de carreira, com atrasos no décimo terceiro. Esse problema gera a insatisfação nos servidores e o cidadão acaba saindo no prejuízo, pois não usufrui da qualidade dos serviços prestados. (TORRES, 2007, p.88)

Segundo o autor, as condições mínimas de gerenciamento do governo municipal foram agravadas pela criação exagerada de municípios depois da Constituição de 1988. Nesse sentido, Torres pontua que houve:

um crescimento de empresas especializadas em fornecer consultoria a prefeituras do interior. Essas empresas prestavam serviços como os processamentos da folha de pagamento, elaboravam o orçamento e as demonstrações contábeis exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, organizavam concursos públicos, preparavam projetos da reforma administrativa. (TORRES, 2007 p.88)

A situação dos municípios é diversificada, aspectos como a desigualdade; diferenças regionais, investimentos financeiros, tamanho territorial, população heterogênea tem prejudicado o gerenciamento da maioria dos municípios principalmente, os mais carentes. Mas em contrapartida, existem alguns municípios, segundo uma média nacional, que vem primando pela qualidade dos serviços; implantação de políticas públicas envolvendo a participação popular. Como é o caso da Prefeitura de Belo Horizonte que tem investido, desde 1993, na boa gestão do município.

## **2.4 Gestão Pública e Democracia Participativa na Prefeitura de Belo Horizonte**

Para Ananias (1997, p.2) “O direito a participação da sociedade civil nos assuntos da cidade, o que convencionou chamar de participação popular, é uma das dimensões necessárias do processo de democratização”.

O governo Patrus objetivou a criação de diversos canais de participação popular nas políticas públicas implementadas pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Ananias afirma que:

A centralidade dedicada à Participação Popular não vinha sendo acompanhada por um esforço, na mesma proporção, no sentido de organizar, sistematizar e publicizar as experiências de participação popular dispersa nos diferentes órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte. Esta constatação sugeriu a uma multiplicidade de atores sociais da PBH (técnicas, diretores, assessores, administradores regionais, secretários, prefeito) a criação de um Fórum Municipal de Participação Popular. (ANANIAS, 1997, p.6)

Nesse sentido, criou-se um espaço material, institucional e democrático -Fórum - com objetivos voltados a garantia da participação popular no planejamento estratégico da cidade; através de programas que envolvam os atores sociais, dando oportunidade de participação aos cidadãos as questões para a melhoria da cidade de Belo Horizonte.

“A conquista dessas propostas impõe-nos uma tarefa fundamental: conferir sistematicidade às diversas e significativas experiências de Participação Popular da Prefeitura de Belo Horizonte, possibilitando perceber-las como um projeto político”. (ANANIAS,1997, P.3)

A participação popular no Brasil começou a ser discutida nas duas últimas décadas com o processo de redemocratização do país. Nesse sentido, Ananias(1997) afirma que o processo democrático da gestão municipal através da participação popular proporciona mais uma discussão:a relação entre Prefeitura e a sociedade local.

Essa relação está ligada aos momentos históricos onde a Administração Municipal depende da racionalização econômica; da redefinição dos interesses das elites e do conhecimento técnico de uma burocracia que não levava em conta às necessidades populares.

Para Ananias a dominação social tem um fim:

A partir da década de 70, com a crise financeira do Estado, surgem os movimentos sociais urbanos que resulta da taxa de urbanização com amplas implicações sociais e econômicas, entre a expansão dos setores médios urbanos, a constituição do segmento moderno da força de trabalho e o aumento do desemprego nas cidades. (ANANIAS, 1997 p.4)

Nesse sentido, os novos atores sociais influenciaram a relação política entre o Estado e a sociedade civil, possibilitando às reivindicações populares. Com o final do autoritarismo e início dos anos 80, governadores e prefeitos adotaram a Participação Popular como lema de governo.

Na década de 90, o modelo de gestão pública municipal incorporou em sua característica a democracia participativa, ou seja, o direito à participação da sociedade civil nos assuntos da cidade. “Os cidadãos passam a ter poder real deliberativo sobre as diretrizes das políticas públicas o que constitui no mecanismo de democratização das Administrações Municipais”. (ANANIAS, 1997, p.6)

## **2.5 Modelo de Gestão Pública da Prefeitura de Belo Horizonte: Breve Histórico**

O modelo de Gestão Pública da Prefeitura, na década de 90, foi baseado na experiência da gestão compartilhada. Iniciou-se no governo do ex-prefeito Patrus Ananias e seqüenciado pelos ex-prefeitos Célio de Castro e Fernando Pimentel.

Segundo Pimentel (2008,p.10):

Não se pode negar a importância e a centralização da política clássica. Faz-se necessário, no entanto, também o funcionamento dos interstícios das eleições, de canais institucionalizados de participação que permitam o direito de vocalização e das preferências dos cidadãos, de forma a influir tanto na elaboração de políticas públicas como no controle público do exercício do poder.

O modelo objetiva a democracia participativa através do Orçamento Participativo com a atuação dos conselhos e o funcionamento das políticas setoriais que vem alcançando à legitimidade social, reforçando novos canais de participação,

integrando o poder público municipal e os atores sociais na área de planejamento, e fiscalização das políticas públicas.

Esse modelo tem possibilitado a discussão, na agenda da Gestão Pública Municipal, de questões da cidade como a revitalização urbana, shoppings populares, a gestão do transporte e trânsito. Priorizando a transparência na aplicação de recursos públicos, do funcionamento e dos serviços prestados pela prefeitura, por meio da internet, permitindo a participação do cidadão nas questões da cidade através do Orçamento Participativo Digital.

Pimentel analisa que:

O processo de democratização dos últimos anos incutiu entre a maioria dos setores progressistas, um consenso sobre a necessidade de se compatibilizar dois temas: “sociedade de mercado” e “democracia”. Na sua análise se o sufrágio universal possibilita, teoricamente, igualdade política entre os cidadãos, o controle diferencial de recursos econômicos nas sociedades contemporâneas, permite também que alguns atores (coletivos ou individuais) tenham maiores chances de incluir seus interesses na agenda pública. (PIMENTEL, 2008 P.10)

A semelhança dos governos municipais do período estudado (1993 a 2008) está associada à defesa de mecanismos de participação que possibilitem o acompanhamento da participação da sociedade sobre as políticas públicas de maneira organizada.

O modelo de gestão adotado pelo atual prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, é baseado em metas e resultados. Seus objetivos estratégicos estão voltados para mais oportunidades de trabalho; desenvolvimento de negócios; ligados aos serviços de valor agregado; capital humano qualificado e inserção competitiva das redes nacional e mundial das cidades; na qualidade de vida para todos - organização do espaço urbano; mobilidade e acessibilidade do espaço urbano; ambiente político-institucional de qualidade; integração metropolitana; gestão pública democrática participativa; e por último, ambiente social que estimule a convivência saudável entre as pessoas.

Márcio Lacerda (2009, p.1) afirma que:

“O planejamento só é possível porque a história política das últimas décadas na capital tem permitido uma continuidade com melhorias e boas administrações, além da tradição de participação popular e democrática na condução das políticas públicas em Belo Horizonte”.

## **2.6 Evolução dos Instrumentos de democracia participativa na Prefeitura de Belo Horizonte**

A Democracia Participativa segue uma metodologia baseada nas fases da concepção, elaboração, implementação e fiscalização. Possui formas, graus de formalização e institucionalização diversos. Os canais institucionais têm permitido a participação dos atores sociais nos programas desenvolvidos para a melhoria da cidade e estão elaborados entre usuários e organizações sociais, servidores públicos e governo.

Assim Ananias (1997, p.9) afirma que o caráter público do processo decisório das políticas governamentais é estimulado pelas Administrações Municipais ao abrirem-se os canais e mecanismos de participação popular que veiculam as demandas por direitos de grupos diversos, conforme a seguir:

- a) Os conselhos ou comissões de gestão objetivam o envolvimento da população usuária dos equipamentos da Prefeitura na elaboração dos planos de ação das atividades desenvolvidas e nas decisões de âmbito local.
- b) Os fóruns, conselhos e plenárias de caráter regional estão baseados no recorte setorial e territorial. Os conselhos setoriais de âmbito regional estão vinculados aos conselhos municipais, sendo a instância de articulação dos conselhos de gestão de unidades como escolas, hospitais. Os de caráter territorial articulam diversos interesses setoriais de uma mesma região.
- c) Os fóruns, conselhos de caráter municipal tiveram recorte setorial (saúde, educação, transporte) e objetivam a elaboração das diretrizes de ação, implementação das políticas públicas e fiscalização da execução orçamentária.
- d) Os programas de prestação dos serviços que dependem da participação da população são concebidos para serem realizados em parceria com a população tais como a construção de moradias, urbanização das favelas e arborização.

e)As coordenadorias objetivam a união dos setores sociais discriminados pelo conjunto da sociedade e pelos próprios serviços públicos através de denúncias, seminários, programas e ações que proporcionem a discussão para o debate em sociedade.

f)A câmara setorial foi criada para estabelecer acordos para soluções de divergências, onde o poder público, entidades representativas de empresariado e os trabalhadores buscam a integridade de seus direitos e definem ações consensuais e transparência da competitividade entre as partes visando o bem de todos.

## **2.7 As tecnologias de informação e comunicação como ferramenta de Gestão Pública Municipal de Belo Horizonte**

O processo comunicacional da Prefeitura de Belo Horizonte tem seguido dois sentidos: a disponibilidade de acesso às informações do poder público e aos processos decisórios e de implementação das políticas públicas.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte desenvolveu um programa que tem visado à otimização do sistema administrativo baseada no desenvolvimento das tecnologias da informação.

O programa Bh.gov tem estabelecido o relacionamento entre a Prefeitura de Belo Horizonte e os cidadãos através de canais públicos de acesso às informações municipais.

Nesse sentido, dois sistemas digitais tem sido responsáveis pelo atendimento das solicitações dos cidadãos: o OPUS implantado pela Prodabel em 1995 é um sistema que permite acesso a todos os documentos que circulam na prefeitura- e o SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão implantado no período da descentralização administrativa disponibiliza nove centrais de atendimento, uma em cada regional, que recebe solicitações de vários serviços como licenciamento urbano, à limpeza, o controle de zoonoses, a área de tributação, atendimento do PROCON Municipal, obtenção de documentos como carteira de trabalho e identidade.

A modernização dos serviços públicos está ligada ao desenvolvimento das tecnologias de informação para transformar a forma com que os governos executam as suas funções e estratégias de otimização do governo eletrônico.

Nesse sentido, o programa BH.gov criado em 2001, vem implementando ações que buscam resultados na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão com redução de custos de execução. Os objetivos do programa a seguir são: avaliar a dificuldade do cidadão em obter informações confiáveis sobre os serviços da prefeitura através de uma única fonte; solucionar pendências com a prefeitura de maneira rápida e correta; solicitar um serviço e acompanhar a sua execução a partir do seu próprio espaço residencial ou de trabalho; a dificuldade da população carente em acessar a internet e suas facilidades, seja pela inserção digital, social ou econômica; a excessiva tramitação de papel na execução dos serviços públicos, as dificuldades para gerar relatórios gerenciais especializados, tendo em vista o enorme acervo eletrônico de dados; a diversidade tecnológica que tem impossibilitado a integração dos sistemas de gestão pública; à fragmentação das iniciativas envolvendo as tecnologias de informação para a modernização administrativa.

Vaz (2002, p.16) afirma que:

O processo de redemocratização, impulsionado pela Constituição de 1988, estimulou uma significativa pressão da sociedade por transparência nos governos e pode ter alimentado uma maior postura de demanda da sociedade por melhor qualidade nos serviços públicos.

Para Carvalho e Zurra (2008, p.1):

O uso de novos recursos tecnológicos permitiu à sociedade novas formas de utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), sendo o setor governamental um dos grandes indutores de ações estratégicas rumo a uma sociedade da informação.

Segundo os autores, o avanço da tecnologia - o voltado à internet - tem possibilitado o compartilhamento de informações e contribuído para a integração dos sistemas. Nesse sentido, as Tecnologias da Informação e Comunicação não podem ser vistas



somente como instrumento de apoio às atividades burocráticas, e sim como ferramenta estratégica das organizações públicas.

As tecnologias da informação vêm oferecendo condições para o aumento da eficiência e eficácia dos serviços públicos proporcionando novos padrões de relacionamento com cidadãos e novos espaços para a promoção de cidadania.

Segundo Jardim (2008, p.3):

a revalorização da política e a busca do bem estar com o conjunto de atores sociais de modo a se recuperar a credibilidade dos governos, da administração pública e das instituições democráticas constituem princípios de uma agenda para o Estado democrático e a governança do século XXI.

Segundo o autor o desenvolvimento da capacidade institucional do Estado exige um modelo de gestão pública com características baseadas no fator informacional.

Nesse contexto, a Prefeitura de Belo Horizonte tem investido em projetos como o BH Digital, criado em 2005, que vem permitindo o acesso ilimitado à rede através dos *hotspots* que são áreas livres para conectar a internet; os Telecentros e Postos de Internet Municipais (PIMS) que constituem espaços públicos e gratuitos de inclusão digital. O programa tem disponibilizado aos cidadãos treze pontos ativados de hotspots e cento e sessenta e dois espaços entre PIMS e Telecentros.

A tecnologia tem sido usada pelo município para ampliar a cidadania e a inserção das comunidades no mundo digital. E, segundo informações contidas no Diário Oficial do Município, Belo Horizonte já se tornou referência na utilização democrática dos equipamentos com acesso à internet: cerca de setenta mil pessoas aprenderam a navegar na rede mundial de comunicação.

### **3. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA GESTÃO PÚBLICA**

Segundo Pereira (2000, p.57) a reforma da Gestão Pública iniciada no Brasil em 1995 tinha três dimensões: A primeira dimensão, a institucional-legal, objetivou a descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado através da criação de novos formatos organizacionais, que entre eles destacaram as agências executivas, regulatórias e as organizações sociais.

A segunda dimensão, gestão consistiu em maior autonomia e a introdução de três novas formas de responsabilização dos gestores: a administração por resultados, a competição administrada por excelência e o controle social.

A terceira dimensão foi, em nível cultural, através da mudança de mentalidade, configurando em confiança na administração gerencial dos próprios gestores. A Reforma da Gestão Pública contribuiu para a formação de um aparelho de Estado forte e eficiente no Brasil, através das novas tecnologias da informação, tornou-se mais transparente e menos fechada, proporcionando o chamado controle social sobre os atos dos gestores governamentais e agentes políticos.

A internet através da junção de redes em escala mundial tem permitido o acesso a informações e todo tipo de transferência de dados e o Estado na concepção de governo tem a utilizado para dar transparência a suas ações e decisões à sociedade.

Ainda que a gestão pública preze a democracia participativa, é necessária a conscientização da cidadania para uma participação pública cidadã mais organizada.

Segundo Campos (1990:35), “Somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a accountability”.

A Gestão Pública tem inserido na sua agenda a participação da sociedade nas questões sociais, econômicas, culturais, públicas e discutidas democraticamente por meio de debates fora das arenas do sistema político.

A democracia é um regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas depende dos cidadãos, direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos. Ela está associada a um conjunto de princípios e práticas que protegem a liberdade dos homens. (TORRES, 2007, p.27)

O Orçamento Participativo é um mecanismo de gestão compartilhada que tem caráter deliberativo e une a experiência técnica dos servidores públicos à vivência dos cidadãos a partir da realidade de seus bairros.

Azevedo e Gomes (2008, p.67) afirmam:

Essa inovação institucional tem como características a ampliação da participação dos cidadãos na definição dos investimentos públicos; a deliberação pública e a distribuição de recursos, prioritariamente, para as áreas mais carentes de infra-estrutura urbana.

Em 2008, o orçamento participativo de Belo Horizonte, configurou-se em uma das experiências de gestão municipal mais difundida no Brasil e tem obtido credibilidade pela participação dos cidadãos. As realizações de assembleias regionais; reuniões dos bairros; assembleias sub-regionais; vistorias; caravanas de prioridades e comissão de fiscalização são ferramentas essenciais.

Segundo Azevedo e Gomes (2008, p. 69) “A implementação do Orçamento Participativo fez parte de um amplo esforço para mudar a forma de governar a cidade”.

O processo do Orçamento Participativo iniciou nas décadas de 80 e 90, por vários governos municipais que foram conduzidos por coalizões e/ou partidos de esquerda, com o objetivo de democratizar a gestão pública, ampliar o exercício da cidadania e inverter as prioridades do governo.

Segundo informações da Prefeitura de Belo Horizonte o Orçamento Participativo tornou-se uma prática de inclusão política que instiga a participação dos movimentos sociais e autonomia dos governos. Tem provocado, ainda, uma revolução no relacionamento entre a Prefeitura de Belo Horizonte e as comunidades, inclusive

quanto à forma de administração dos recursos públicos, reforçando a qualidade da gestão pública e transparência de seus gastos. (BELO HORIZONTE, 2000)

O Orçamento Participativo até agora apresentado neste trabalho configurou-se numa tentativa de se constituir um processo de *accountability*; um exemplo de construção da democracia participativa, utilizando os atores sociais através da participação cidadã por meio de debates, assembleias, seminários e proporcionando a democracia eletrônica através do Orçamento Participativo Digital que é, realmente, o foco dessa monografia.

### **3.1 Orçamento Participativo e suas modalidades**

O Orçamento Participativo surgiu como uma iniciativa marcante do governo democrático popular que venceu as eleições em 1993, tendo a liderança do Partido dos Trabalhadores. Sua implantação proporcionou uma nova maneira de governar a cidade.

Segundo Azevedo(2008, p.69) “a primeira modalidade do Orçamento Participativo é a Regional , com o objetivo de viabilizar a discussão e a deliberação pública sobre investimentos em equipamentos e obras de infra-estrutura”. Desde a sua criação, em 1993, compreendeu as seguintes etapas: Assembleias regionais para prestação de contas e apresentação dos critérios a serem seguidos; Reunião nos bairros para levantamento de propostas; Assembleias sub-regionais, para pré-seleção dos empreendimentos e eleição dos delegados para o Fórum Regional; Vistorias para estimativa de custos; Caravana de prioridades para visitar todos os locais com empreendimentos pré-selecionados e Assembleia Regional para deliberação final e escolha dos representantes na comissão de fiscalização - COMFORÇA (Comissão Regional de Acompanhamento e Fiscalização). Durante seus cinco primeiros anos, esse processo aconteceu anualmente, mas, a partir de 1999, passou a ser realizado de dois em dois anos. Essa foi uma mudança necessária devido ao tempo que transcorre entre a realização do projeto executivo e a conclusão da obra. Além disso, evitou a tendência de se acumular empreendimentos com execução atrasada e permitiu maior ajuste às limitações operacionais da Prefeitura.

Nesse sentido, Azevedo (2008, p.69) diz que para operacionalizar o processo:

O OP Regional está estruturado a partir do espaço territorial constituído por nove regiões administrativas, redivididas em 41 sub-regiões e 81 unidades de planejamento - UPs. A partir de tais unidades territoriais- que recebem os investimentos- são realizados, nas sub-regiões, o levantamento e a indicação das prioridades. Os recursos para investimentos são distribuídos de forma diretamente proporcional à população e inversamente proporcional ao Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) dessas unidades de planejamento.

O autor (2008) mostrou que esse critério de distribuição de recursos pode ser considerado importante indicador de efetividade do processo de inversão de prioridades o que tem ampliado à importância de se vincular o OP com o processo de planejamento da cidade, tanto em termos de investimento em infra-estrutura urbana como de integração das diversas políticas públicas do município. Com esse intuito, a condução do OP passou a ter, a partir de 1995, uma coordenação integrada, que conta com a participação dos órgãos responsáveis, a execução dos empreendimentos aprovados (SUDECAP e URBEL), das Administrações Regionais, das Secretarias Temáticas e do Grupo Gerencial do OP (GGOP).

Segundo Gomes (2008, p. 70) “a segunda modalidade é o Orçamento Participativo da Habitação que contribuiu para resolução de um antigo e complexo problema no Brasil - o alto déficit habitacional.” Ou seja, o governo local tem discutido com a população recursos orçamentários do município destinados à produção de unidades habitacionais para beneficiar famílias de baixa renda e sem moradia, organizadas em núcleos do Movimento dos Sem Casa de Belo Horizonte cadastrados na Secretaria Municipal de Habitação.

A terceira, o Orçamento Participativo Digital, implantado em 2006, tem como objetivo a ampliação da participação popular nas tomadas de decisões. Para Gomes:

O Orçamento Participativo Digital proporcionou à população a oportunidade de participação popular através de escolhas pela internet e uma distribuição mais justa dos recursos públicos, priorizando áreas com maior concentração de pobreza e de vulnerabilidade social do município. (GOMES, 2008, p.71)

### **3.2 Metodologia de Implantação do Orçamento Participativo**

O modelo do Orçamento Participativo de Belo Horizonte tem uma metodologia baseada na construção de critérios para a distribuição dos recursos e para a escolha de empreendimentos através de uma convocação, a cada dois anos, das lideranças comunitárias e da população dos bairros para a abertura Municipal do Orçamento Participativo e para as rodadas de assembleias populares em cada regional.

Durante estas assembleias, formulários que objetivam o levantamento das reivindicações de empreendimento são distribuídos para o representante de cada bairro. Em seguida, o representante reúne com a comunidade, que indicará, a obra prioritária do bairro. O formulário e ata de reunião são enviados para a regional e assinados pelos presentes.

A Prefeitura de Belo Horizonte recebe o formulário, analisa a reivindicação e devolve à comunidade através de parecer técnico indicando se a obra é viável ou se será necessária à substituição do mesmo.

A Segunda Rodada de Assembleias é realizada por sub-região. As nove regionais são divididas em sub-regiões, que englobam vários bairros. O recurso disponível para cada sub-região é apresentado pela Prefeitura. Quanto mais carente e mais populosa a área, maior é o recurso que ela irá receber, segundo o IQVU “Índice de Qualidade de Vida Urbana”. (BELO HORIZONTE, 2008)

As sub-regiões pré-selecionam até 25 empreendimentos por regional, dos quais até 14 serão aprovados nos Fóruns Regionais, de acordo com o recurso disponível. Nesta Assembleia, cada sub-região elege seus delegados, de acordo com o número de presentes. (BELO HORIZONTE, 2008).

Nas caravanas de prioridades, os delegados eleitos na segunda rodada para o Fórum Regional visitam os locais das demandas pré-selecionadas. As caravanas têm como objetivo principal mostrar à população a realidade de cada empreendimento. (BELO HORIZONTE, 2008).

O Fórum Regional é a última etapa do Orçamento Participativo. A planilha com os custos de cada empreendimento é apresentada a população. A plenária de delegados seleciona 14 entre os 25 empreendimentos pré-selecionados para cada regional de acordo com as normas e elegem os representantes da COMFORÇA, comissão que vai acompanhar e fiscalizar a realização dos empreendimentos aprovados. O encerramento do processo acontece com a realização do Encontro Municipal de Prioridades Orçamentárias em que o Prefeito recebe da comissão eleita, o Plano de Empreendimentos, definido pelo Orçamento Participativo a ser executado.

### **3.2.1 Análise da Metodologia do Orçamento Participativo**

O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) usado para priorização dos investimentos mede a oferta de equipamentos e serviços da população. Tornou-se parâmetro para a distribuição de recursos desde o Orçamento Participativo dos anos 2001/2002, a critério da população. Ou seja, quanto mais populosa e com menor IQVU, mais recurso a regional recebe. (BELO HORIZONTE, 2008)

A Divisão das regionais em áreas menores, denominadas Unidades de Planejamento (UPs) totalizam 80, sendo que, os grandes aglomerados de vilas foram construídos em UPs independentes. (BELO HORIZONTE, 2008).

O Índice de Qualidade de Vida Urbano do ano 2000 foi elaborado a partir do cálculo de indicadores, agregados em aspectos relativos à oferta de bens e serviços urbanos para as unidades de planejamentos de Belo Horizonte sendo: abastecimento, cultura, educação, esportes, habitação, infra-estrutura urbana, meio ambiente, saúde, serviços urbanos e segurança urbana. Além de contemplar os equipamentos e serviços existentes de cada uma das Unidades de Planejamento, procurou-se incorporar nos cálculos o acesso social da população residente a estes bens e serviços, medidos por meio de renda. (BELO HORIZONTE, 2008).

As sub-regiões especiais também são instrumentos desse processo, visam à criação de um espaço de ampliação e de fortalecimento do processo do Orçamento Participativo, mobilizando segmentos sociais ainda pouco envolvidos e integrando suas demandas às regras de deliberação popular das prioridades envolvidas. (BELO HORIZONTE, 2008).

O recurso destinado às sub-regiões especiais continua sendo o mesmo do OP de 2007. Nos Fóruns Regionais, todos os delegados votarão também nas obras dessas sub-regiões e vice-versa. (BELO HORIZONTE, 2008).

Devido à escassez dos recursos municipais há um limite de obras estabelecido, pois não se pode atender, simultaneamente, a todas as carências da população. Falta capacidade operacional para executar um volume grande de obras.

Dentro dos limites 14 empreendimentos são aprovados por regional, acrescidos de um empreendimento restrito a sobra de recursos do OP Regional. (BELO HORIZONTE, 2008).

Em caso de proposta de empreendimentos de infra-estrutura que envolva duas ou mais sub-regionais, os recursos serão distribuídos entre as sub-regiões, levando-se em consideração o volume total realizado pela Sudecap - Superintendência de Desenvolvimento da Capital -, sendo que duas ou mais sub-regiões podem somar seus recursos para aprovar empreendimentos de infra-estrutura. (BELO HORIZONTE, 2008).

Os recursos são distribuídos por sub-região cada obra aprovada dentro do seu limite de recursos. Essa garantia está condicionada a uma taxa mínima de presença. Os recursos não serão automaticamente assegurados mediante uma participação pequena da população. Este foi o mesmo critério realizado no Orçamento Participativo em 2003/2004, que se distinguiu dos anteriores, porque não exigia que toda sub-região tivesse um empreendimento aprovado. (BELO HORIZONTE, 2008).



A taxa mínima de presença por sub-regiões foi definida em 0,5% (meio por cento) da população, conforme o Censo de 2000. Para as sub-regiões especiais a taxa de comparecimento mínimo corresponde ao montante dos recursos em relação aos das demais sub-regiões. Um comparecimento abaixo da cota mínima levará a uma diminuição proporcional dos recursos, ou seja, se o comparecimento for de 60% do mínimo a sub-região perderá 40% dos seus recursos. (BELO HORIZONTE, 2008).

Recursos eventualmente liberados serão redistribuídos proporcionalmente às demais sub-regiões que atingirem sua cota de presença dentro da Regional. Se nenhuma região atingir o mínimo, as sobras retornarão ao Tesouro Municipal. (BELO HORIZONTE, 2008).

A temática adotada no Orçamento Participativo tem sido fundamentada na integração urbano-social, definida, através das intervenções sociais e urbanas que priorizam as áreas de maior vulnerabilidade. Os recursos estarão condicionados a uma cota mínima de participação da população agrupada por sub-região. As demandas apresentadas pelas comunidades localizadas no estrato, áreas prioritárias para inclusão sócio-espacial, receberão um peso que traduzirá em fator multiplicador dos votos na segunda rodada e no Fórum Regional.

O peso será baseado na proporção da população de áreas prioritárias para inclusão sócio espacial em relação à população da Regional. As regionais que têm uma parcela maior de população receberão um peso maior para valorização das demandas situadas em áreas.

A definição do peso dependerá das demandas que receberão peso adicional através de critérios baseados na localização da obra solicitada em relação à comunidade demandante localizada no estrato. Foi definida para cada tipo de equipamento uma distância máxima, em linha reta, que deve ser respeitada:

Para a educação e saúde até 800 metros; Esportes e Cultura 500 metros; Assistência Social e Meio Ambiente 800 metros; Praças-500 metros. (BELO HORIZONTE, 2008).

#### **4. METODOLOGIA DE PESQUISA**

Trata-se de uma pesquisa exploratória a partir do estudo de caso da Prefeitura de Belo Horizonte que envolverá pesquisa bibliográfica, na literatura sobre gestão pública, democracia participativa, tecnologias de informação e comunicação, internet e orçamento participativo. Bem como pesquisa documental em sites, cadernos e relatórios da Prefeitura de Belo Horizonte, além de pesquisa de campo, através de entrevistas com responsáveis pelo Orçamento Participativo Digital na Prefeitura de Belo Horizonte.

A análise de dados envolve pesquisa quantitativa e qualitativa de dados secundários obtidos na pesquisa documental e, além, dos dados obtidos na pesquisa de campo.

A pesquisa de campo foi realizada no período de fevereiro a junho de 2009. Envolveu as seguintes etapas apresentadas a seguir:

Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica e foram levantados documentos dos próprios órgãos que estão envolvidos no projeto do Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte, ou seja, a Secretaria de Planejamento e Informação e a Prodabel.

A pesquisa de campo envolveu quatro entrevistas sendo a primeira com o Gerente de Sistemas de Projetos Contratados da Prodabel que explicou o funcionamento do sistema do OP Digital. O segundo entrevistado foi o Diretor de Negócios da Agência que apresentou as informações relacionadas à manutenção do site do OP Digital. Terceiro, a Gerente de Comunicação da Secretaria Municipal de Planejamento e Informação explicou o modo de divulgação do site para atingir os públicos envolvidos no sistema de votação pela internet. Quarta entrevista com a gerente do Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte que informou a maneira de distribuição dos recursos financeiros para o OP.

Os resultados das pesquisas documentais e de campo estão apresentados no capítulo 5 desta monografia.

Finalmente, foi realizada análise dos dados e a organização das informações coletadas com vistas a conclusão do trabalho, apresentada no capítulo 6.

## 5. ESTUDO DE CASO: O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DIGITAL NA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

O Orçamento Participativo Digital foi criado em 2006 para ampliar a participação popular nas obras a serem executadas na cidade de Belo Horizonte. É um processo de votação realizado pela internet, de dois em dois anos, e vem permitindo a realização da democracia participativa. A divulgação do processo de votação tem sido realizada através de boletins, panfletos, sites, carros de som, faixas, pontos de votação e mídia. As informações ficam contidas no site do Orçamento Participativo Digital que é composto de vários *links* bem organizados de modo a facilitar o entendimento do público.

O OP Digital é estruturado da seguinte maneira: a) Link votação 2008 (o eleitor escolhe a obra que deseja votar); b) Link OP 15 anos -histórico do Orçamento Participativo; c) Link OP Digital 2006 - o leitor tem acesso ao histórico da votação passada; d) Link Debates - o leitor pode opinar durante o processo de votação; e) Link notícias - o leitor acompanha passo a passo o processo de votação; f) Link obra vencedora; g) Link conheça as obras - o leitor tem acesso a um pequeno vídeo das próprias obras participantes do processo para que ele possa visualizar cada uma; resultado final; h) Link jogos: para tornar o processo de votação mais divertido; i) Link indique o site a um amigo- processo em que o leitor ajuda a divulgar o *site*.

Segundo entrevista com Diniz (2009), representante da empresa responsável pela elaboração e manutenção do site do Orçamento Participativo Digital da Prefeitura de Belo Horizonte:

“a proposta da empresa foi a de fazer um projeto diferenciado pensando no público de internet, principalmente pensando nos jovens. Queríamos atingir mais aos jovens; a classe AB, que geralmente fica fora das decisões políticas, pois a classe CD tem maior participação. Então pensamos em uma estrutura de site diferenciada com tipo de navegação diferente, inspirada no *iphone*. Por exemplo, se não tivesse mouse poderia acessar por navegação intuitiva. Nós investimos muito na interatividade, por exemplo: criação de fórum, chat, opinião do cidadão, relacionada em

depoimentos falando e defendendo a obra de interesse e muitos recursos tecnológicos baseada na parceria com o *google maps* através da localização geográfica onde estaria expresso os pontos de votação. Escolhemos pontos estratégicos como os turísticos -museus, praças- de Belo Horizonte, escolas públicas com o objetivo de tornar o site mais atrativo". (Diniz, 2009)

O Orçamento Participativo Digital tem se tornado uma ferramenta para um modelo de gestão democrático, transparente e eficiente favorecendo a relação entre a prefeitura de Belo Horizonte e população local.

Segundo Gomes a governança informacional:

Ou, num sentido mais restrito, as condições informacionais da governança, referem-se à disponibilização e implementação de estruturas e fluxos de informação, dentro do campo do Estado, visando tanto a eficácia da ação de governo quanto a otimização de suas relações com a sociedade civil, mediante a facilitação e subsídio que os recursos de informação pública oferecerão em processos descentralizados e horizontais de tomada de decisão. (GÓMEZ, 2002, p.2)

O processo de votação é restrito aos eleitores com domicílio eleitoral em Belo Horizonte, por tratar-se de uma iniciativa pioneira da cidade. O TRE disponibiliza a base de dados para que a votação seja legitimada evitando fraudes durante o processo. Com o objetivo de aumentar a votação através da internet foram disponibilizados desde a criação do primeiro Orçamento Participativo Digital, em, 2006, pontos de votação sendo estes instalados em escolas, pontos de inclusão digital, restaurantes populares, postos de informação da Belotur, Unidade Móvel da Prodabel.

Na primeira edição, em 2006, foram escolhidas dez obras dentre elas a implantação do Parque Tecnológico do Brejinho; a Construção de Albergue; Centros de Especialidades Médicas; Construção do Espaço Cultural Via 240; Reforma e implantação do PAM Sagrada Família; a implantação do Complexo Esportivo do Jatobá; construção do Parque Esportivo Telê Santana; ligação das Regiões Nordeste

e Norte; Centro Cultural Jardim Guanabara e Centro Dia de Apoio ao Idoso. (BELO HORIZONTE, 2008).

Na segunda edição do Orçamento Participativo Digital, em 2008, foram escolhidas cinco grandes obras: Avenida José Cândido da Silveira/Avenida dos Andradas; Avenida Pedro I com Avenida Portugal; Avenida Tereza Cristina com Anel Rodoviário. A pré-seleção das cinco obras viárias foi baseada no estudo feito pelo Programa de Estruturação Viária de Obras- Viurbes priorizou as obras que contribuissem para o melhoramento da circulação. A obra vencedora foi a Praça São Vicente com Anel Rodoviário.

O processo de votação teve novidade em 2008 : o voto realizado por telefone. Uma possibilidade estudada, para evitar a exclusão digital. A gratuidade da ligação ( 0800 723 2201) tornou o processo mais acessível a população que podia votar de qualquer telefone: público, residencial e até mesmo celular.

### **5.1. Resultados da Experiência do Orçamento Participativo Digital na Prefeitura de Belo Horizonte**

A experiência do Orçamento Participativo pôde ser mensurada a partir de pesquisas promovidas pela própria Prefeitura de Belo Horizonte nos anos de 2006 e 2008. Os resultados dessas pesquisas foram disponibilizados nos Planos de Empreendimentos do Orçamento Participativo da Prefeitura para o biênio 2007/2008 e para o biênio 2009/2010.

A partir das informações apresentadas nos referidos Planos foram destacados, a seguir, alguns resultados que caracterizam a experiência da votação eletrônica, através da Internet, realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte para o OP Digital nos anos 2006 e 2008.

No ano de 2006 o site do Orçamento Participativo Digital recebeu um total de 192.229 visitas, conforme tabela 1 abaixo:

TABELA 1

Resultado do Número de Acessos ao Site do Orçamento Participativo Digital por País 2006

<b>País</b>	<b>ACESSOS POR PAÍS</b>
<b>Brasil</b>	<b>190.525</b>
Estados Unidos	1.033
Portugal	126
França	86
Alemanha	83
Espanha	83
Inglaterra	72
Itália	36
Canadá	30
Japão	25
Finlândia	17
México	17
Suíça	14
Austrália	14
Bélgica	12
Argentina	12
Holanda	10
Chile	09
Luxemburgo	06
Peru	05
Uruguai	05
Turquia	05
Angola	04
<b>Total de Visitas</b>	<b>192.229</b>

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2006.

O site do Orçamento Participativo Digital da Prefeitura de Belo Horizonte foi visitado por internautas de 23 países mencionados acima e pôde ser acessado por cidadãos de todo o mundo.

No Estado de Minas Gerais, em 2006, o site do Orçamento Participativo Digital obteve 152.536 acessos, conforme tabela 2 a seguir:

TABELA 2

Resultado do Número de Acessos ao Site do Orçamento Participativo Digital por Estados 2006

<b>Estado</b>	<b>Acessos por Estados</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>152.536</b>
Espírito Santo	16.146
Rio de Janeiro	7.397
São Paulo	4.968
Distrito Federal	4.498
Paraná	2.692
Ceará	710
Bahia	288
Rio Grande do Sul	258
Rio Grande do Norte	244
Pará	211
Pernambuco	131
Goiás	96
Santa Catarina	67
Mato Grosso	40
Acre	31
Alagoas	23
Maranhão	21
Paraíba	18
Sergipe	17
Mato Grosso do Sul	14
Roraima	8
Amazonas	6
<b>Total de Acessos Brasil</b>	<b>190.525</b>

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2006

O orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte é um processo de inovação e transparência no quesito votação com vistas à participação popular ativa nas escolhas das obras.



Analisando os resultados do Orçamento Participativo Digital em 2006, os cidadãos belo-horizontinos foram os que mais acessaram o site do OP Digital em Minas Gerais. Veja os resultados na tabela 3 abaixo:

TABELA 3

Resultado do Número de Acessos ao Site do Orçamento Participativo Digital por Cidade 2006

<b>Cidade</b>	<b>ACESSOS POR CIDADE</b>
<b>Belo Horizonte</b>	<b>119.903</b>
Contagem	3.060
Caeté	1.733
Nova Lima	1.556
Justinópolis	1.497
Juiz de Fora	1.485
Santa Luzia	1.348
Uberlândia	1.300
Piedade do Paraopeba	1.093
Ribeirão das Neves	1.024
Rio Acima	1.006
Betim	976
Itabirito	967
Venda Nova	742
Raposos	518
<b>Total de Acessos em Minas Gerais</b>	<b>152.536</b>

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2006.

O maior número de acessos ao site na cidade de Belo Horizonte em relação aos outros municípios do Estado de Minas Gerais é justificado pelo empenho da Prefeitura de Belo Horizonte na implantação da experiência do Orçamento Participativo Digital. Foram investidos nas obras do OP Digital em 2006, R\$ 20.250.000 referindo-se a R\$2.250.000,00 para cada uma.

Outra justificativa está na divulgação do Orçamento Participativo Digital pela Prefeitura de Belo Horizonte. A Prefeitura tem proporcionado aos cidadãos maiores possibilidades de acessos ao voto através de investimentos em tecnologias de informação e comunicação. Foram disponibilizados, nesse período, 158 pontos públicos de votação, incluindo escolas municipais, telecentros e centros administrativos.

Em 2008 o site do Orçamento Participativo Digital obteve 217. 651 acessos, originados de 68 países. Conforme tabela 4 abaixo:

TABELA 4

Resultados do processo de Votação do Orçamento Participativo Digital 2008 por País

<b>País</b>	<b>TOTAL DE ACESSOS POR PAIS</b>
<b>Brasil</b>	<b>214.885</b>
Estados Unidos	1.146
Portugal	202
Reino Unido	147
Itália	137
Espanha	134
França	111
Alemanha	99
Canadá	71
Argentina	41
Austrália	39
Irlanda	34
Suíça	29
Suécia	22
Bélgica	19
Antilhas Holandesas	16
México	15
Angola	14
Japão	14
China	14
Luxemburgo	12
Colômbia	11
Peru	11
Equador	10
Demais Países	117
Origem não Idenificada	1
<b>Total de Acessos</b>	<b>217.651</b>

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008

Enfim, o aumento do acesso ao site do OP Digital do período de votação ocorrido em 2008 pode ser justificado pelo aumento investimento em tecnologias da informação e comunicação pela Prefeitura de Belo Horizonte; a maior divulgação do site e pelo sucesso que o orçamento participativo digital tem enquanto instrumento de promoção da democracia participativa.

Em 2008 o site do OP Digital obteve em Minas Gerais 194.511 acessos em 26 cidades do Estado, conforme tabela abaixo:

TABELA 5

Total de Acessos por Estados no Período de Votação do Orçamento Participativo Digital 2008

Acessos por Estado	TOTAL DE ACESSOS POR ESTADOS	
	TOTAL DE ACESSOS	Total de Cidades
<b>Minas Gerais</b>	<b>194. 511</b>	<b>26</b>
São Paulo	4.962	40
Rio de Janeiro	4.493	12
Bahia	1.664	8
Distrito Federal	1.665	1
Espírito Santo	1.080	7
Pernambuco	636	1
Paraná	590	5
Ceará	409	2
Rio do Grande Sul	149	10
Goiás	108	3
Santa Catarina	105	7
Demais Estados	338	26
Não Identificado	4.185	-
<b>Total de acessos</b>	<b>214.885</b>	<b>148</b>

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.

Recebeu o Prêmio “Boa Prática em Participação Cidadã” pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa, na França, em reconhecimento às experiências inovadoras no campo da democracia participativa.

Verifica-se que a população de Belo Horizonte tem acessado cada vez mais o site do OP Digital comparando com o resultado de acesso das outras cidades mineiras.

TABELA 6

Total de acessos por Cidades Mineiras no Processo de Votação do Orçamento Participativo Digital em 2008

<b>Cidade</b>	<b>ACESSOS POR CIDADE</b>
<b>Belo Horizonte</b>	<b>191.008</b>
Uberlândia	551
Ipatinga	373
Sete Lagoas	253
Conquista	241
Passos	236
Montes Claros	203
Juatuba	190
Patrocínio	187
Juiz de Fora	170
Governador Valadares	117
Poços de Caldas	116
Viçosa	102
Demais Estados	764
<b>Total de acessos por cidades</b>	<b>194.511</b>

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.

O aumento do acesso está relacionado aos mais de 270 pontos de internet colocados em Belo Horizonte. A Prefeitura de Belo Horizonte tem investido em projetos como o BH Digital, criado em 2005, que vem permitindo o acesso ilimitado à rede através dos *hotspots* que são áreas livres para conectar a internet; os Telecentros e Postos de Internet Municipais (PIMS) que constituem espaços públicos e gratuitos de inclusão digital. O programa tem disponibilizado aos cidadãos treze pontos ativados de hotspots e cento e sessenta e dois espaços entre PIMS e Telecentros.

Com a inserção do voto por telefone totalizou 11.483 votantes e pelo processo tradicional, o voto pela internet, 112.837. Conforme tabela 7 e gráfico1 porcentagem da obra mais votada a seguir:

TABELA 7

Resultados do Processo de Votação do Orçamento Participativo Digital 2008

Número	Descrição	Telefone	Internet	Total	Porcentagem
Obra 1	Av. José Candido da Silveira / Av. Andradas	1298	10442	11740	9%
Obra 2	Av. Pedro I com Av. Portugal	1999	17383	19382	16%
Obra 3	Av. Tereza Cristina com Anel Rodoviário	954	9570	10524	8%
Obra 4	Portal Sul / Belvedere	927	33008	33935	27%
Obra 5	Praça São Vicente com Anel Rodoviário	6305	42434	48739	39%
<b>Total de Votos Acumulados</b>		11483	112837	124320	

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008. p. 42

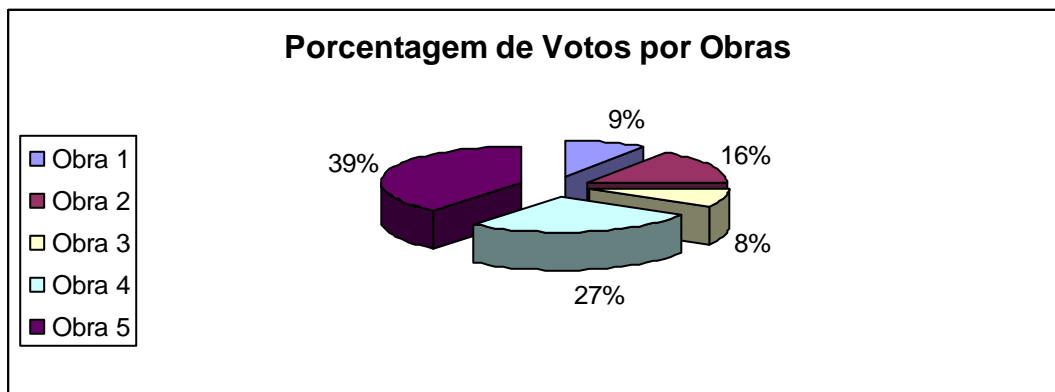


GRÁFICO 1- Distribuição do percentual de votos por obra mais votada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em processo de votação do Orçamento Participativo Digital.

Fonte: Plano de Empreendimentos *et al.*, 2008, p. 42.

Segundo informações da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento de Belo Horizonte a votação do OP Digital seria distribuída através de canais de comunicação com a seguinte proporção: Internet com 60% dos votos e telefonia, com o serviço 0800, 40% de votos.

A votação pela internet teve duração de 3 minutos. Segundo estimativa da Prodabel, o tempo médio, não incluiria o tempo de navegação nas páginas institucionais do site do Orçamento Participativo e visualização de vídeos das obras, restringindo-se ao acesso à funcionalidade de votação, abrangendo as interfaces de identificação do

eleitor, seleção de obra a ser votada e de serviços do sistema aplicativo do Orçamento Participativo Digital 2008. Quanto à votação por telefone a duração foi de 2 minutos.

A Prodabel criou três cenários para o processo de votação em 2008 visando a execução do Orçamento Participativo Digital em 2010: o primeiro, pessimista, teria 1,5 vezes o número de eleitores baseando-se no Orçamento Participativo Digital 2008, o percentual de eleitores votantes seria de 15% e a quantidade 265. 835; o conservador, segundo cenário, teria o dobro do número de eleitores do orçamento participativo 2008, percentual de eleitores na faixa dos 20% e quantidade de eleitores votantes 354.447 e o, terceiro, Otimista, 2,5 vezes o número de eleitores do Orçamento Participativo 2008, quantidade de eleitores votantes 443.058 e o percentual em 25%.

A frequência relativa, seria considerada ao longo do processo de votação. Conforme tabela 8 à seguir:

TABELA 8

Projeções da Frequência Relativa no processo de Votação do OP Digital 2009

Período	Dias	Característica	% de votos / acessos
10/10 a 31/10/2008	23	Mídia inicial	10
01/11 a 15/11/2008	15	Mídia inicial	10
16/11 a 26/11/2008	11	Mídia reforçada	30
27/11 a 08/12/2008	12	Mídia reta final	50
<b>Total</b>			<b>100</b>

Fonte: Prodabel, 2008.

(\*) a distribuição é considerada uniforme ao longo de cada um dos períodos

O item distribuição diária de votos, acesso ao site do OP Digital e aos vídeos também será analisado de acordo com o padrão estabelecido exposto na tabela 9 abaixo:

TABELA 9

Projeções da Distribuição Diária do Processo de Votação do OP Digital 2009

Horário	Minutos	Característica	% votos / acessos
00:00 a 05:59	360	Madrugada	10
06:00 a 11:59	360	Manhã	20
12:00 a 17:59	360	Tarde	20
18:00 a 20:59	180	Horário nobre	30
21:00 a 24:00	180	Noite	20
<b>Total</b>			<b>100</b>

Fonte: Prodabel, 2008

Os resultados das estimativas foram consolidados conforme tabela 10 seguinte:

TABELA 10

Projeções das Estimativas para o Processo de Votação do OP Digital 2009

Cenário	Votação			Pico de Votação (votos simultâneos)	
	Total	Internet	0800	Internet	0800
Pessimista	265.835	159.500	106.335	33,3	14,8
Conservador	354.447	212.668	141.779	44,3	19,7
Otimista	443.058	265.835	177.223	55,4	24,6

Fonte: Prodabel, 2008.

Conforme apresentado nas pesquisas o grau de participação dos cidadãos vem crescendo, no entanto, o número de participante ainda é pequeno em relação à população do município. Segundo dados da Prodabel, o universo de eleitores é de 1.744.075, sendo a quantidade de eleitores votantes 177. 722 tendo o percentual de eleitores votantes em 10,19%.

Neste sentido, verifica-se a necessidade de que sejam feitas reflexões para o aprimoramento desta experiência. Para tanto, as instituições participantes do processo de votação, ou seja, Prodabel e Prefeitura de Belo Horizonte criaram em

agosto de 2008, um projeto de análise do processo de votação do Orçamento Participativo Digital que discutiu questões de melhoria para a edição do Orçamento Participativo Digital em 2009/2010.

O resultado desta análise configurou algumas sugestões oferecidas para melhoria do processo, destacadas a seguir:

- a) melhoria da estrutura computacional – *sítio web, software aplicativo, banco de dados*, bem como a infra-estrutura tecnológica (plataforma de hardware, canais de comunicação e mecanismos de segurança), que permitem a realização da votação, através de processamento via web e ligação telefônica gratuita (telefone fixo, celular, local ou interurbano) via central 0800, no processo de eleição das obras a serem contempladas pelo programa municipal do Orçamento Participativo;
- b) Processo seletivo das obras cadastradas, apresentadas no site através de vídeos ilustrativos;
- c) Apuração e demonstração dos resultados parciais e finais, além de recursos para avaliação e auditoria do processo.
- d) inclusão de novos meios de votação, em particular, a ligação telefônica gratuita via central 0800 para evitar a exclusão digital;
- e) Alterações no software e no sítio web como a eliminação, por exemplo, da categoria de obras segundo a Administração Regional a que pertence foi necessária para a implantação do processo de votação por telefone;
- f) A legitimação do voto do eleitor através da identificação do número do título e zona eleitoral de acordo com o cadastro de eleitores de Belo Horizonte fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
- g) Implantação do sistema aplicativo do OP Digital o CAPTCHA (*Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart*) é usado para impedir a ação de *bots*<sup>1</sup>. A confirmação do voto só ocorre se a identificação da obra escolhida tiver a confirmação do internauta ou através da gravação do voto, se confirmado pelo eleitor. (Ver no anexo I exemplos de CAPTCHA).
- h) Quanto ao 0800 foi criado o sistema de fraseologia. Um número telefônico é disponibilizado pela operadora para cada obra votada. A votação é feita

---

<sup>1</sup> Bots- Internets Buts também conhecidos como robôs web, robôs www ou simplesmente bots, são softwares aplicativos que executam tarefas automatizadas na internet, simulando ações humanas.



pelas seguintes etapas: apresentação do OP Digital através da frase- “Bem vindo à votação do Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte. Seu voto será computado para a obra tal”; solicitação da identificação do eleitor: “tecle o número do seu título e a zona eleitoral: “aguarde a confirmação do seu voto” e por último, o encerramento do voto: “A prefeitura de Belo Horizonte agradece a sua participação no Orçamento Participativo. O seu voto foi computado para a obra tal”. A ligação é concluída automaticamente em 30 segundos. O *software* que acompanha o serviço 0800 é integrado ao processo de tratamento da votação pela Internet realizada pelo sistema aplicativo do Orçamento Participativo Digital.

i)O envolvimento da Controladoria desde o início do projeto, através da Auditoria Geral do Município foi necessário para que o processo de votação fosse legitimado.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das informações obtidas nesta pesquisa conclui-se que o Orçamento Participativo Digital é um projeto tecnológico inovador no cenário da Gestão Pública Municipal que une participação popular, inclusão digital e tecnologias de informação e comunicação. Constitui também em iniciativa política buscando consensos de questões públicas sobre as obras a serem executadas na cidade através do site do OP digital que abre espaço através de chats, fóruns, salas de bate-papos para que a população possa participar, democraticamente, expressando suas opiniões.

Durante a pesquisa realizada foi constatado que há preocupação por parte da Prefeitura de Belo Horizonte em promover melhorias no processo de implantação do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. Desta forma tem investido em tecnologias de informação através de programas tecnológicos que facilitem o acesso dos cidadãos à internet. Investimentos na estrutura computacional do processo de votação, a inclusão de um novo meio de votação – ligação por telefone, o captcha sistema usado pela prefeitura para impedir a invasão de bots para que se evite fraudes durante a votação o envolvimento da auditoria Geral do Município para tornar o processo de votação legítimo.

O Orçamento Participativo Digital é um processo inovador mas necessita de melhoramentos. A participação da população ainda é muito pequena para o universo de eleitores de Belo Horizonte. É necessário mais investimentos tecnológicos, divulgação do processo, mais envolvimento da população, pois a prefeitura tem proporcionado a votação para públicos de escolas, comunidades locais, faltando ainda o envolvimento da própria sociedade como um todo para que objetivo do projeto seja alcançado: a participação dos cidadãos nas questões de infra-estrutura da cidade, e então, ser confirmado como uma ferramenta a serviço da cidadania e gestão democrática

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, p. 67-86, jun.2007.

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. *CADERNOS ENAP*. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública, n.10, 1997. 52p.

AZEVEDO, Sérgio de (Org); NABUCO, Ana Luiza (Org) Democracia participativa: a experiência de Belo Horizonte. Ed. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2008.292 p.

CAMPOS, Ana Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 24(2): 30-50, fev./abr. 1990.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004 p. 95-110.

DAGNINO, Evelina(Org) . Política e Sociedade no Brasil: Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 103-115

DINIZ, Daniel. Belo Horizonte, Brasil, 18 de março. 2009. 1 fita cassete (60 mim.). Entrevista concedida a Samya Nery Fontoura Simões.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Caderno de Metodologia do Orçamento Participativo 2009; 2010. Prefeitura, 2008. p. 3-12.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Plano Regional de Empreendimentos 2007/2008. 2006. p. 5-12.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Plano de Empreendimentos 2009/2010. 2008. p. 38-46.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Revista: A participação popular na Prefeitura de Belo Horizonte. 1997. Volume 1. 120 Páginas

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Diário Oficial do Município Ano XV N.3.411. Data: 27/08/09.

JARDIM, José Maria. Capacidade governativa, informação e governo eletrônico. DataGramZero- Revista de Ciência da Informação- Brasília, v.1, n.5, artigo 01 out.2000.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL "INTERNET, DEMOCRACIA E BENS PÚBLICOS", 6.,2000, Minas Gerais. **Texto**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2000. p. 1-15.

MORENO, Virgílio. Belo Horizonte, Brasil, 9 de març. 2009. 1 fita cassete (60 mim.). Entrevista concedida a Samya Nery Fontoura Simões.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Trabalho apresentado ao Seminário Moderna Gestão Pública, patrocinado pelo INA – Instituto Nacional de Administração Pública.Revista de Administração Pública 34(4), julho2000: 55-72. Lisboa, 30-31 de março, 2000.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. Revista do Serviço Público. V.20, nº1. 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado apresentado à Presidência da República. Brasília. 1995. p 30. Disponível em:

<[www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf)>.

Acesso em: 15 de fevereiro 2009.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas Públicas. Brasília, **Texto**.1994. 19 páginas.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 26.

VAZ, José C. Administração pública e governança eletrônica: possibilidades e desafios para a tecnologia da informação. In: Governo Eletrônico – Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates nº24,dez.2002

ZURRA,R.J.O.;CARVALHO, M.C.B. O E-Legislativo como Ferramenta de Transparência na Administração Pública Brasileira. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 2008, Bahia. **Anais** – Bahia -12 a 14 de novembro.

## **APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista I**

1. Como é realizado o processo de participação da Prodabel no Orçamento Participativo Digital?
2. Como é feito o processo de votação do OP Digital?
3. Qual é o Público alvo?
4. Quais são as perguntas voltadas para a população? Quem é o autor?
5. Esse processo é realizado por algum banco de dados?
6. Como é feito o cruzamento de dados da pesquisa?
7. Quais são os principais resultados dessa pesquisa?
8. Tendo acesso ao Plano de Empreendimentos do Orçamento Participativo 2007/2008 e 2009/2010 como é chegado ao resultado de que o Orçamento Participativo recebeu 192.229 visitas?
9. Como se chega ao resultado de acessos ao site do OP Digital por país, por região, por cidade?
10. Como é chegado a base de resultados através desses processos através da quantidade de votantes, média de votos por votantes etc?
11. Como é chegado ao resultado das obras cadastradas por regional?
12. Como é feita a parceria Prodabel e Nitrato?

## APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista II

1. Número de votantes no Orçamento Participativo desde quando foi criado até hoje e do Orçamento Participativo Digital; (Percentual de eleitores)
2. Como é feita a distribuição de recursos (investimentos) para cada Orçamento Participativo? Quanto representa para o município?
3. Plano de Mídia referente ao OP Digital: Como foi feita a campanha de mobilização popular? Público alvo? Instrumentos de mídia: folder, cartazes, veiculação em rádio, TV e internet; pontos de acesso;
4. Como a população acompanha o andamento das obras ganhadoras do OP Digital?
5. Existe algum canal de participação contínua da população depois do processo de votação?
6. A votação antes do Orçamento Participativo Digital era mediante ao título de eleitor?
7. Qual o número de obras para cada OP aprovadas? Como é definido o Porte de Obras?
8. Posso ter acesso a documentações para anexar ao final do meu trabalho?

**8. ANEXO A – Documento fornecido pela PRODABEL**

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento

# **Termo de Abertura de Projeto**

## **OP DIGITAL 2009/2010**

**PRODABEL**

Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A



<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>			
<b>Nº do TAP</b>		<b>Data de Elaboração</b>	18/08/2008
<b>Código programa</b>		<b>Programa - PPAG</b>	
<b>Código ação</b>		<b>Ação Governamental</b>	
<b>Órgão Contemplado</b>	Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento		
<b>Projeto</b>	OP Digital 2009/2010		
<b>Subprojeto</b>			
<b>Tipo de Projeto</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Melhoria em projeto existente</b> <input type="checkbox"/> <b>Desenvolvimento de um novo projeto</b>		
<b>Objetivo</b>	<p>O objetivo do presente trabalho é o de prover a estrutura computacional – sítio web, software aplicativo, banco de dados, bem como a infra-estrutura tecnológica (plataforma de hardware, canais de comunicação e mecanismos de segurança), que permitam a realização de votação, através de processamento via web e ligação telefônica gratuito (telefone fixo, celular, local ou interurbano) via central 0800, das obras a serem contempladas pelo programa municipal Orçamento Participativo 2009/2010.</p> <p>Orçamento Participativo (OP) é o processo de participação popular que a Prefeitura de Belo Horizonte implantou em 1993, permitindo que a população decida que obras serão feitas na cidade. O processo de votação é restrito aos eleitores com domicílio eleitoral em Belo Horizonte, devendo estes constarem da base de dados disponibilizada pelo TRE-MG.</p> <p>As obras a serem votadas são previamente selecionadas, cadastradas e apresentadas no sítio web, com acesso à vídeos ilustrativos.</p> <p>A gestão da votação inclui a apuração e demonstração dos resultados parciais e finais, além de recursos para avaliação e auditoria do processo.</p>		
<b>Justificativa</b>	<p>O trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar a participação da população no Orçamento Participativo, através da inclusão de novos meios de votação, em particular, a ligação telefônica gratuita via central 0800.</p> <p>Alterações no software e no sítio web existentes serão necessárias pela inclusão deste novo meio de votação, além daquelas decorrentes do aperfeiçoamento do processo de votação, com eliminação, por exemplo, da categorização de obras segundo a Administração Regional a que pertence.</p> <p>É de se ressaltar, que o trabalho terá como ponto de partida os recursos de hardware e software utilizados no projeto OP Digital 2007/2008, procedendo-se a sua atualização e modernização.</p>		
<b>Premissas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os recursos humanos deverão estar disponíveis para o início dos trabalhos;</li> <li>• A contratação dos fornecedores dos serviços de telefonia 0800 e do sítio Orçamento Participativo pela PBH deve ser ágil, de forma a não comprometer o prazo estimado para o projeto;</li> <li>• A definição, por parte do cliente (SMAPL/PBH), das obras e regras de votação deve se dar em tempo hábil;</li> </ul>		

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A votação do Orçamento Participativo deverá se realizar no seguinte período: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 20/10 a 08/12/2008; ou</li> <li>- 29/10 a 08/12/2008.</li> </ul> </li> </ul>
<b>Restrições</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A entrada em operação do software aplicativo e do sítio OP Digital não pode ocorrer no período eleitoral, devendo se dar após 5 de outubro (1º turno), ou após 26 de outubro, na hipótese de necessidade de 2º turno de votação;</li> <li>• O software que acompanha o serviços 0800 deve estar de acordo com padrões, que permitam a integração com o processo de tratamento da votação pela Internet realizada pelo sistema aplicativo OP Digital;</li> <li>• Os dados históricos da votação de 2007, sendo referência para determinação de parâmetros de disponibilidade do ambiente de Data Center da PRODABEL, devem ser levados em consideração na formulação da nova campanha publicitária;</li> <li>• A PRODABEL não tem conhecimento de aplicações de serviço 0800 utilizando URA;</li> <li>• Não há analistas desenvolvedores Java / ORACLE disponíveis para alocação imediata no projeto, devendo ser deslocados de outros projetos menos prioritários ou contratados externamente;</li> <li>• A Controladoria-Geral do Município deve ser envolvida desde o início do projeto, através da Auditoria-Geral do Município - AGM, especificamente a Gerência de Coordenação Técnica de Auditoria de Sistemas – GTAS;</li> <li>• Não serão disponibilizados servidores reservas para substituição dos servidores efetivos em caso de falha, ficando, estes, sujeitos aos procedimentos padrões de manutenção corretiva da PRODABEL, porém com alta prioridade.</li> </ul>

## **2. ESCOPO PRELIMINAR**

### **2.1 O que será feito**

#### **Pela Prodabel:**

- **manutenção evolutiva / normativa do sistema aplicativo OP Digital, desenvolvido e utilizado em 2007, envolvendo os módulos: cadastramento de obras, gestão de votação e apuração de resultados;**
- **desenvolvimento de interface de serviços para integração do sistema aplicativo OP Digital aos serviços 0800 e Internet;**

- disponibilização de sistema gerenciador de banco de dados para armazenamento dos dados do sistema aplicativo e do sítio OP Digital;
- assessoramento técnico na elaboração dos vídeos ilustrativos das obras a serem votadas;
- definição e estruturação de local para hospedagem de vídeos ilustrativos das obras a serem votadas, interno ou externo à RMI, acessados por links do sítio OP Digital, considerando-se prioritariamente o sítio CONECTA BH;
- verificação e avaliação, pela área de rede / infra-estrutura, de procedimentos para reserva de banda para os vídeos das obras, via sítio redirecionador, para adoção de acesso priorizado durante o processo de votação;
- assessoramento técnico na contratação de empresa fornecedora de serviços de telefonia central 0800, através de URA (Unidade de Resposta Audível);
- assessoramento técnico na contratação de empresa fornecedora de serviços web para construção e implantação do sítio Orçamento Participativo;
- disponibilização da infra-estrutura tecnológica necessária para suporte do sistema aplicativo e sítio OP Digital 2008;
- definição e provimento dos meios de acesso, monitoração, auditoria e segurança para a infra-estrutura tecnológica a ser disponibilizada;
- elaboração dos manuais de operação / utilização, bem como de especificação técnica do sistema aplicativo OP Digital.

Pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

- obtenção do arquivo de eleitores com domicílio em Belo Horizonte junto ao TRE/MG;
- definição das obras a serem incluídas no Orçamento Participativo, bem como das regras de votação envolvidas;
- ações para divulgação do programa OP Digital, incluindo peças publicitárias, marketing, e qualquer outra relacionada, na mídia falada, escrita, televisionada ou internet;
- produção dos vídeos ilustrativos das obras a serem votadas;
- criação e publicação do conteúdo do sítio Orçamento Participativo;
- contratação de empresa fornecedora de serviços de telefonia central 0800, através de URA (Unidade de Resposta Audível);
- contratação de empresa para construção e implantação do sítio Orçamento Participativo;
- definição dos procedimentos de auditoria e segurança lógica do projeto.

Pela Prestadora de Serviço 0800:

- **definição e disponibilização dos recursos computacionais destinados à programação das centrais, definição de mensagens, procedimentos operacionais e infra-estrutura tecnológica necessária para os serviços 0800;**
- provimento da infra-estrutura e aplicativo web necessários para permitir a integração dos serviços 0800 à interface de tratamento de serviços do sistema.

Pela Prestadora de Serviço WEB:

- **construção e implantação do sítio Orçamento Participativo, incluindo as funcionalidades Chat, Fórum e Fale Conosco;**
- **elaboração do leiaute gráfico, estrutura informacional e conteúdo do sítio Orçamento.**

( Vide Anexo – Diagrama Esquemático do Projeto )

## **2.2 O que não será feito**

- **votação através de serviço de telefonia celular SMS (Short Message Service ou Serviços de Mensagens Curtas).**

## **2.3 Resultados práticos / Produtos a serem entregues**

<b>1.</b>	Sistema aplicativo OP Digital, incluída a interface de serviços, implantado e em operação
<b>2.</b>	Estrutura de banco de dados ORACLE disponibilizado
<b>3.</b>	Sítio Orçamento Participativo implantado e em operação, integrado ao sistema aplicativo OP Digital através da interface de serviços
<b>4.</b>	Sítio redirecionador de vídeos de obras em operação
<b>5.</b>	Serviço de telefonia 0800 em operação e integrado ao sistema aplicativo OP Digital através da interface de serviços
<b>6.</b>	Procedimentos de monitoração, segurança e auditoria do processo de votação disponibilizados

## **2.4 Plataforma tecnológica**

**Sistema aplicativo OP Digital:**

- Linguagem de programação Java;
- Gerenciador de banco de dados ORACLE.

**Sítio Orçamento Participativo:**

- Linguagem de programação PHP;
- Gerenciador de banco de dados ORACLE.

**3. ESTIMATIVAS****3.1 Prazos**

<b>Duração</b>	4 (quatro) meses	<b>Data início:</b> 18/08/2008	<b>Data fim:</b> 19/12/2008
----------------	------------------	--------------------------------	-----------------------------

**3.2 Custos ( Vide Planilha de Recursos em anexo )**

Recursos Necessários	Custeio (R\$)	Investimento (R\$)
<b>Recursos Humanos</b>	81.669,00	
<b>Hardware</b>		
<b>Rede</b>		
<b>Software</b>		
<b>Serviços</b>		
<b>Mobiliário</b>		
<b>Treinamento</b>		
<b>Total em R\$</b>	81.669,00	

**Dotação orçamentária:**

**Considerações:** *As estimativas definidas neste documento podem sofrer alterações na elaboração do plano do projeto.*

**Data entrega do Plano do Projeto:** 12/09/2008

**4. RESPONSÁVEIS****4.1 Gestor funcional**

Unidade	Gerente	Data	Assinatura
<b>GPIS-PB</b>	Luíz Fernando Azeredo Cardoso	__/__/__	

**Considerações:**

**4.2 Gestor do projeto**

<b>Unidade</b>	<b>Gerente</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
<b>GPIS-PB</b>	Virgílio Moreno Gomes Leite	__/__/__	

**Considerações:****4.3 Assessoria de Planejamento e Projetos (APP-PB)**

<b>Gerente</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Simone Reis d'Almeida	__/__/__	

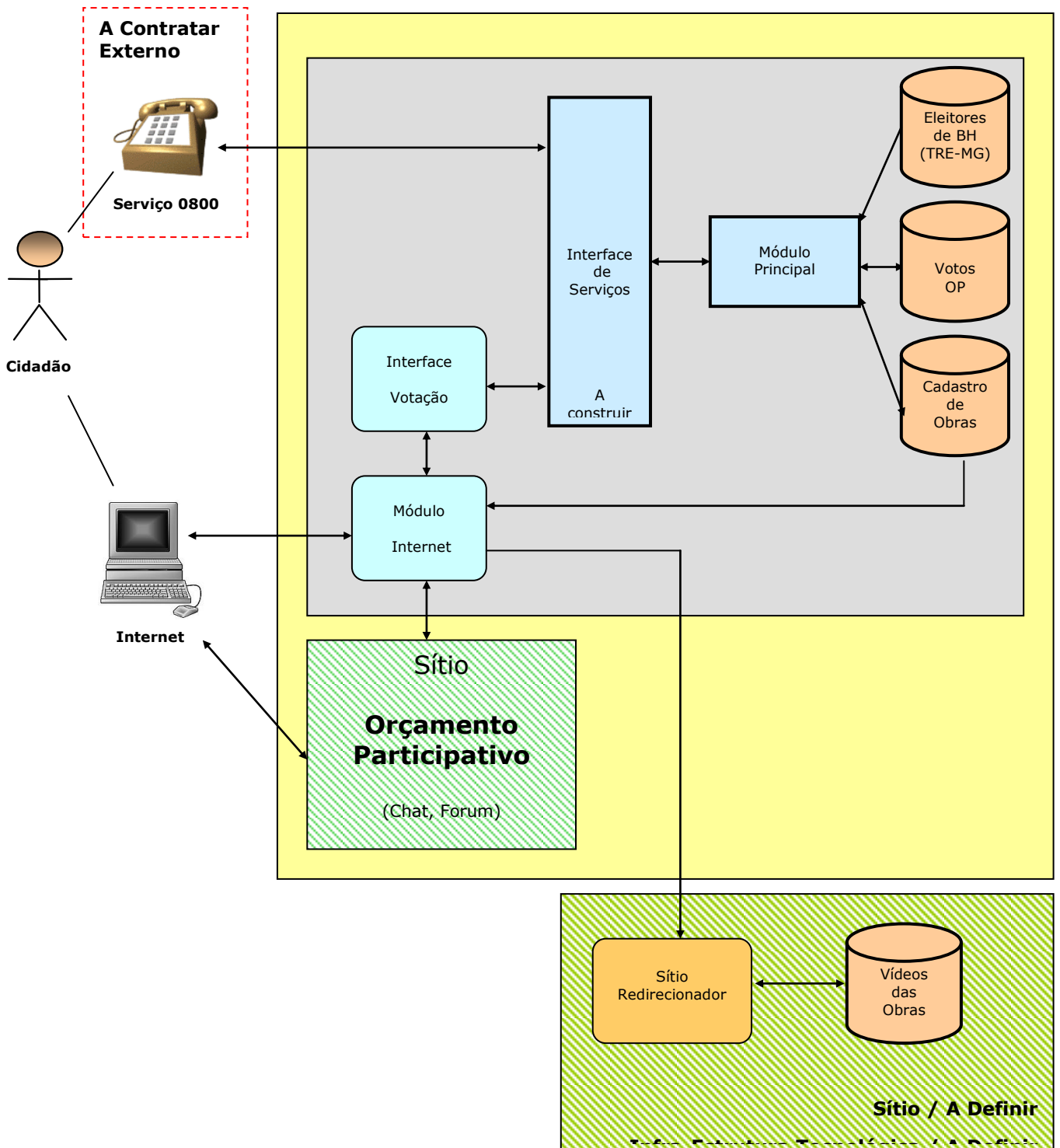
<b>Analista</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Maria Carolina Gomes de Souza	__/__/__	

**Considerações:****5. CIÊNCIA DOS ENVOLVIDOS**

<b>Órgão</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
DS-PB	Lincoln Avelino de Barros	__/__/__	
DT-PB	Margareth Guelber	__/__/__	
SMAPL	Ana Luíza Nabuco	__/__/__	
SMAPL	João Santiago	__/__/__	

**Ressalva(s):**

## Anexo – Estrutura Esquemática do Projeto



**ANEXO B – Documento Fornecido Pela PRODABEL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE PLANEJAMENTO**

**OP DIGITAL 2009/2010**

**SERVIÇO DE TELEFONIA 0800**

**FLUXOGRAMA DE CHAMADA**

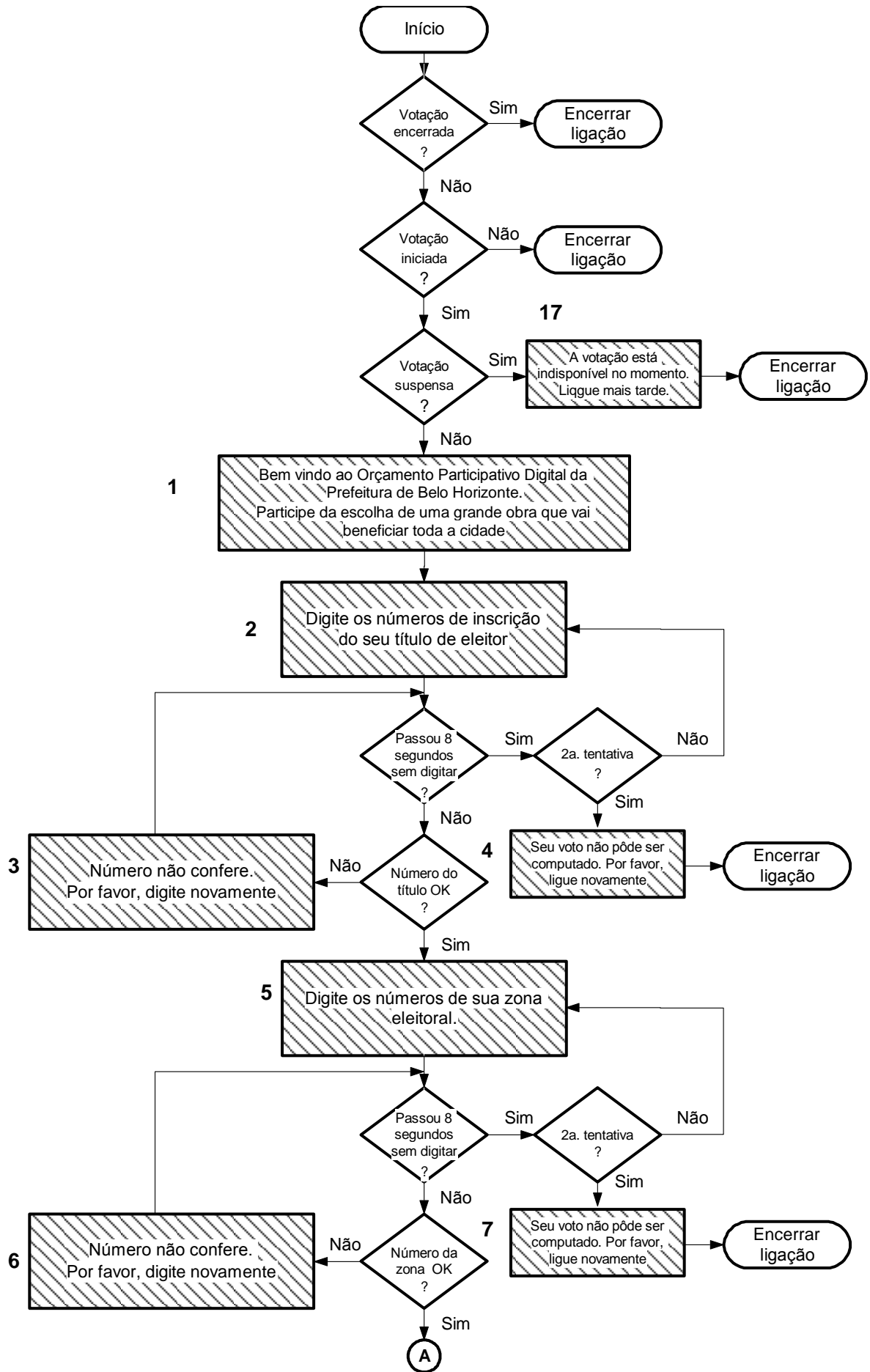
**(FRASEOLOGIA)**

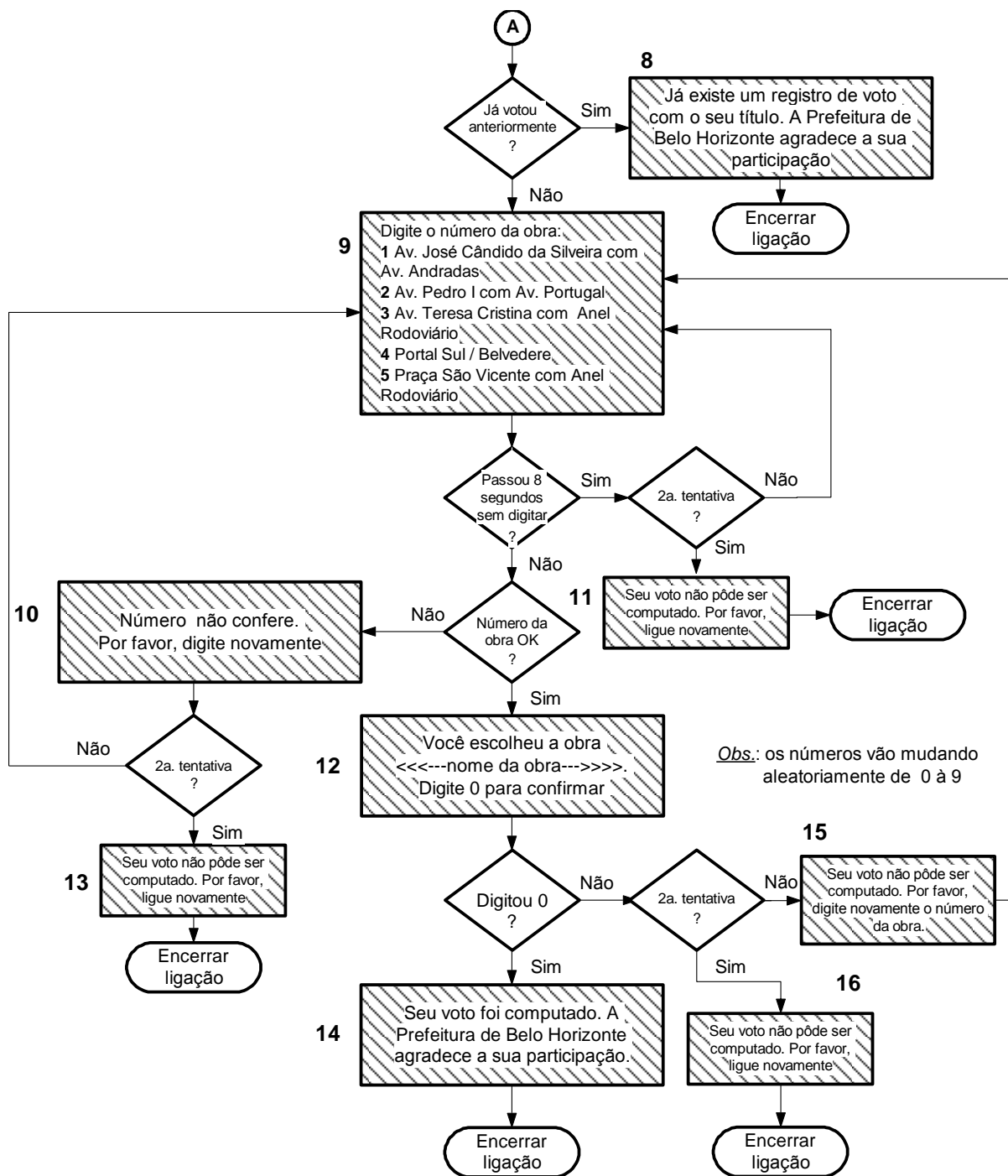
**PRODABEL S/A**

**Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte**



**08/11/2008**





**ANEXO C – Documento fornecido pela PRODABEL**

**Prefeitura Municipal de Belo Horizonte  
Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento**

**OP DIGITAL 2009 / 2010**

**PROCESSO DE VOTAÇÃO**

**DADOS E CENÁRIOS**

**PRODABEL**

Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A

**agosto / 2008**

## Universo de Eleitores

De acordo com o sítio do **TRE/MG – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais**, em junho de 2008 o número de eleitores de Belo Horizonte, condição para participar da votação no **OP Digital 2009/2010**, era o seguinte:

Zona	Nº de Eleitores
26	96.964
27	85.138
28	102.729
29	100.490
30	109.702
31	98.603
32	99.860
33	93.267
34	109.720
35	108.826
36	91.670
37	91.137
38	99.312
39	99.133
331	82.997
332	86.868
333	106.842
334	108.976
<b>Total</b>	<b>1.772.234</b>

**Obs.:** o cadastro de eleitores fornecido pelo **TRE-MG** é relativo à junho/2008.

## Números do OP Digital 2007/2008

O **OP Digital 2007/2008**, cuja votação se restringiu à Internet, apresentou os seguintes números:

Descrição	Quantidade
Universo de eleitores	1.744.075
Quantidade de eleitores votantes	177.722
Percentual de eleitores votantes	10,19%
Quantidade de votos	503.266
Votos possíveis / votante	9
Votos registrados / votante	2,83
Quantidade de acessos ao sítio OP	192.229
Acessos ao Sítio OP / Eleitores	1,08

Votantes	
----------	--

O eleitor podia votar em até 9 (nove) obras, sendo uma obra por administração regional.

## O Processo de Votação OP Digital 2009/2010

Conforme definições da **PBH/SMAPL**, no **OP Digital 2009/2010** o eleitor poderá votar entre 2 (duas) e 9 (nove) obras, não existindo mais a categorização por Administração Regional.

A votação poderá ser realizada pela Internet, de forma análoga ao **OP Digital 2007/2008**, ou através de ligação gratuita via central telefônica 0800.

### ***Votação pela Internet***

A votação pela Internet será realizada de acordo com as seguintes etapas, cada uma com interface própria:

- a) **validação do eleitor**: verificação se a identificação do eleitor (número do título e número da zona eleitoral) está de acordo com o cadastro de eleitores de Belo Horizonte fornecido pelo **TRE-MG**.

As seguintes situações possíveis requerem nova submissão de dados, ou abandono da votação:

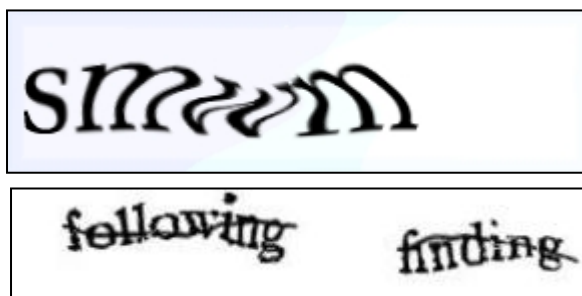
- número do título inválido;
- número da zona inválida;
- número do título e zona inválidos;
- eleitor já votou anteriormente.

- b) **validação da obra votada**: seleção da obra a ser votada em lista apresentada.

Também é apresentado um **CAPTCHA** ("**C**ompletely **A**utomated **P**ublic **T**uring test to tell **C**omputers and **H**umans **A**part") para impedir a ação de "bots", com geração de votos numa taxa mais elevada do que seria possível para um ser humano.

*[Bots - Internet bots, também conhecidos como robôs web, robôs WWW ou simplesmente bots, são software aplicativos que executam tarefas automatizadas na Internet, simulando ações humanas.*

*Exemplos de captcha:*



J

O captcha adotado pelo **sistema aplicativo OP Digital** trabalha com 4 (quatro) caracteres.

As seguintes situações possíveis requerem nova submissão de dados, ou abandono da votação:

- seqüência de caracteres do captcha inválida.
- c) **confirmação do voto:** a identificação da obra escolhida é mostrada para confirmação pelo internauta.
- d) **gravação do voto:** se confirmado pelo eleitor, o voto é gravado.

#### **Votação pelo Serviços 0800**

Para cada obra a ser votada, é disponibilizado pela operadora um número telefônico.

A votação pelo **Serviço 0800** será realizada de acordo com as seguintes etapas, a partir do recebimento de uma chamada telefônica em um dos números disponibilizados para votação:

- a) **Apresentação do OP Digital:** através da frase “Bem-vindo à votação do Orçamento Participativo da Prefeitura de Belo Horizonte. Seu voto será computado para a obra XXXXXXXX”;
- b) **Solicitação da identificação do eleitor:** através da frase “Tecla o número do seu título e a zona eleitoral, e aguarde a confirmação do seu voto”;

As seguintes situações possíveis, requerem nova submissão de dados, ou abandono da ligação:

- número do título inválido;
  - número da zona inválida;
  - número do título e zona inválidos;
  - eleitor já votou anteriormente.
- c) **Encerramento do voto:** através da frase “A Prefeitura de Belo Horizonte agradece a sua participação no Orçamento Participativo. O seu voto foi computado para a obra XXXXXXXX”. A ligação é concluída automaticamente.

- Obs.:** 1. o voto é computado, estando os dados corretos, mesmo se o eleitor não esperar o encerramento do voto;
2. o tempo de retenção da chamada (espera do eleitor fornecer o número do título e zona eleitoral é de cerca de 30 (trinta) segundos.

## Projeções para o OP Digital 2009/2010

É objetivo da **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**, através da **SMAPL**, é aumentar o percentual de eleitores votantes, passando dos 10,19% registrados no **OP Digital de 2007/2008**.

Os períodos de votação, definidos pela **PBH/SMAPL**, considerados os possíveis resultados da eleição municipal, são os seguintes:

Período	
10/10 a 08/12/2008	Eleição municipal para prefeito definida no 1º turno (05/10/2008)
29/10 a 08/12/2008	Eleição municipal para prefeito definida no 2º turno (26/10/2008)

Ainda conforme a **SMAPL**, deseja-se que a votação do **OP Digital** seja distribuída por mídia, de acordo com a seguinte proporção:

Mídia	% de Votos
Internet	60
Serviço 0800	40

O tempo médio estimado para votação no **OP Digital 2009/2010** é mostrado na tabela a seguir:

Mídia	Tempo médio de votação
Internet	3 minutos
Serviço 0800	2 minutos

O tempo médio de votação pela Internet não inclui o tempo de navegação nas páginas institucionais do **sítio OP** e visualização de vídeos das obras, restringindo-se ao acesso à funcionalidade de votação, abrangendo as interfaces de identificação do eleitor, seleção de obra a ser votada e de serviços do **sistema aplicativo OP Digital 2008**.

### Cenários

As estimativas para a votação do **OP Digital 2009/2010** serão consideradas de acordo com 3 (três) cenários:



Cenário		Eleitores Votantes	
Nome	Descrição	%	Quantidade (*)
<b>Pessimista</b>	1,5 vezes o nº de eleitores do OP 2007/2008	15	265.835
<b>Conservador</b>	Dobro do nº de eleitores do OP 2007/2008	20	354.447
<b>Otimista</b>	2,5 vezes o nº eleitores do OP 2007/2008	25	443.058

(\*) quantidades consideradas de acordo com o total de eleitores em junho/2008

A frequência relativa de votos (Internet e Serviço 0800), bem como de acessos ao **Sítio OP** e aos **vídeos das obras** será considerada ao longo do período de votação de acordo com a seguinte distribuição:

Período	Dias	Característica	% de votos / acessos
10/10 a 31/10/2008	23	Mídia inicial	10
01/11 a 15/11/2008	15	Mídia inicial	10
16/11 a 26/11/2008	11	Mídia reforçada	30
27/11 a 08/12/2008	12	Mídia reta final	50
<b>Total</b>			<b>100</b>

(\*) a distribuição é considerada uniforme ao longo de cada um dos períodos

A distribuição diária de **votos**, acesso ao **Sítio OP** e aos **vídeos das obras** será considerada durante todo o período de votação de acordo com o seguinte padrão:

Horário	Minutos	Característica	% votos / acessos
00:00 a 05:59	360	Madrugada	10
06:00 a 11:59	360	Manhã	20
12:00 a 17:59	360	Tarde	20
18:00 a 20:59	180	Horário nobre	30
21:00 a 24:00	180	Noite	20
<b>Total</b>			<b>100</b>

(\*) a distribuição é considerada uniforme ao longo de cada um dos períodos

### **Síntese de Estimativas por Cenário**

A síntese das estimativas por cenário detalhadas no item 4.3 é mostrada no quadro a seguir:

Cenário	Votação			Pico de Votação (votos simultâneos)	
	Total	Internet	0800	Internet	0800
Pessimista	265.835	159.500	106.335	33,3	14,8
Conservador	354.447	212.668	141.779	44,3	19,7
Otimista	443.058	265.835	177.223	55,4	24,6

Considerando a relação acessos ao **Sítio OP** / Eleitores Votantes de **1,08** apresentada no **OP Digital 2007/2008** e de forma análoga a obtenção do pico de acesso, teremos o seguinte quadro:

<b>Cenário</b>	<b>Votos na Internet</b>	<b>Acessos ao Sítio OP</b>	<b>Pico de Acesso</b> (acessos simultâneos)
Pessimista	159.500	172.260	36,0
Conservador	212.668	229.681	47,8
Otimista	265.835	287.101	59,8

Se consideramos para cada acesso ao **Sítio OP** a ocorrência de 2 (duas) consultas à **vídeos de obras**, teremos a seguinte estimativa:

<b>Cenário</b>	<b>Acessos ao Sítio OP</b>	<b>Acessos a Vídeos de Obras</b>	<b>Pico de Acesso</b> (acessos simultâneos)
Pessimista	172.260	344.520	72,0
Conservador	229.681	459.362	95,6
Otimista	287.101	574.202	119,6

## Cenário Pessimista

### Votos Segundo a Mídia

Período	Dias	Característica	Votos no período		Internet (60%)	0800 (40%)
10/10 a 31/10/2008	23	Mídia inicial	10%	26.584	15.950	10.634
01/11 a 15/11/2008	15	Mídia inicial	10%	26.584	15.950	10.634
16/11 a 26/11/2008	11	Mídia reforçada	30%	79.750	47.850	31.900
27/11 a 08/12/2008	12	Mídia reta final	50%	132.917	79.750	53.167
<b>Total</b>			<b>100%</b>	<b>265.835</b>	<b>159.500</b>	<b>106.335</b>

### Votos pela Internet

Período	Dias	Votos/período		V/d	00:00 a 05:59 (NI = 360 / 3)		06:00 a 11:59 (NI = 360 / 3)		12:00 a 17:59 (NI = 360 / 3)		18:00 a 20:59 (NI = 180 / 3)		21:00 a 24:00 (NI = 180 / 3)	
					10%	Votos S	20%	Votos S	20%	Votos S	30%	Votos S	20%	Votos S
10/10 a 31/10/2008	23	10%	15.590	678	68	0,6	136	1,1	136	1,1	203	3,4	136	2,3
01/11 a 15/11/2008	15	10%	15.950	1.063	106	0,9	213	1,8	213	1,8	319	5,3	213	3,6
16/11 a 26/11/2008	11	30%	47.850	4.350	435	3,6	870	7,3	870	7,3	1.305	21,8	870	14,5
27/11 a 08/12/2008	12	50%	79.850	6.654	665	5,5	1.331	11,1	1.331	11,1	1.996	33,3	1.331	22,2
<b>Totais</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>	<b>159.500</b>											

V/d - Votos/dia

NI – Número de intervalos

Votos S – Votos simultâneos

### Votos pelo Serviço 0800

Período	Dias	Votos/período		V/d	00:00 a 05:59 (NI = 360 / 2)		06:00 a 11:59 (NI = 360 / 2)		12:00 a 17:59 (NI = 360 / 2)		18:00 a 20:59 (NI = 180 / 2)		21:00 a 24:00 (NI = 180 / 2)	
					10%	Votos S	20%	Votos S	20%	Votos S	30%	Votos S	20%	Votos S
10/10 a 31/10/2008	23	10%	10.634	462	46	0,3	92	0,5	92	0,5	139	1,5	92	1,0
01/11 a 15/11/2008	15	10%	10.634	709	71	0,4	142	0,8	142	0,8	213	2,4	142	1,6
16/11 a 26/11/2008	11	30%	31.900	2.891	289	1,6	578	3,2	578	3,2	867	9,6	578	6,4
27/11 a 08/12/2008	12	50%	53.167	4.431	443	2,5	886	4,9	886	4,9	1.329	14,8	886	9,8
<b>Totais</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>	<b>106.335</b>											

V/d - Votos/dia

NI – Número de intervalos

Votos S – Votos simultâneos

## Cenário Conservador

### Votos Segundo a Mídia

Período	Dias	Característica	Votos no período		Internet (60%)	0800 (40%)
10/10 a 31/10/2008	23	Mídia inicial	10%	35.445	21.267	14.178
01/11 a 15/11/2008	15	Mídia inicial	10%	35.445	21.267	14.178
16/11 a 26/11/2008	11	Mídia reforçada	30%	106.334	63.800	42.534
27/11 a 08/12/2008	12	Mídia reta final	50%	177.223	106.334	70.889
<b>Total</b>			<b>100%</b>	<b>354.447</b>	<b>212.668</b>	<b>141.779</b>

### Votos pela Internet

Período	Dias	Votos/período		V/d	00:00 a 05:59 (NI = 360 / 3)		06:00 a 11:59 (NI = 360 / 3)		12:00 a 17:59 (NI = 360 / 3)		18:00 a 20:59 (NI = 180 / 3)		21:00 a 24:00 (NI = 180 / 3)	
					10%	Votos S	20%	Votos S	20%	Votos S	30%	Votos S	20%	Votos S
10/10 a 31/10/2008	23	10%	21.267	925	93	0,8	185	1,5	185	1,5	277	4,6	185	3,1
01/11 a 15/11/2008	15	10%	21.267	1.418	141	1,2	284	2,4	284	2,4	425	7,1	284	4,7
16/11 a 26/11/2008	11	30%	63.800	5.800	580	4,8	1.160	9,7	1.160	9,7	1.740	29,0	1.160	19,3
27/11 a 08/12/2008	12	50%	106.334	8.861	886	7,4	1.772	14,8	1.772	14,8	2.659	44,3	1.772	29,5
<b>Totais</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>	<b>212.668</b>											

V/d - Votos/dia

NI – Número de intervalos

Votos S – Votos simultâneos

## Votos pelo Serviço 0800

Período	Dias	Votos/período		V/d	00:00 a 05:59 (NI = 360 / 2)		06:00 a 11:59 (NI = 360 / 2)		12:00 a 17:59 (NI = 360 / 2)		18:00 a 20:59 (NI = 180 / 2)		21:00 a 24:00 (NI = 180 / 2)	
					10%	Votos S	20%	Votos S	20%	Votos S	30%	Votos S	20%	Votos S
10/10 a 31/10/2008	23	10%	14.178	616	62	0,3	123	0,7	123	0,7	185	2,0	123	1,4
01/11 a 15/11/2008	15	10%	14.178	945	95	0,5	189	1,0	189	1,0	283	3,1	189	2,1
16/11 a 26/11/2008	11	30%	42.534	3.867	387	2,1	773	4,3	773	4,3	1.161	12,9	773	8,6
27/11 a 08/12/2008	12	50%	70.889	5.907	591	3,3	1.181	6,6	1.181	6,6	1.773	19,7	1.181	13,1
<b>Totais</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>	<b>141.779</b>											

V/d - Votos/dia NI – Número de intervalos Votos S – Votos simultâneos

## Cenário Otimista

### Votos Segundo a Mídia

Período	Dias	Característica	Votos no período		Internet (60%)	0800 (40%)
10/10 a 31/10/2008	23	Mídia inicial	10%	44.306	26.584	17.722
01/11 a 15/11/2008	15	Mídia inicial	10%	44.306	26.584	17.722
16/11 a 26/11/2008	11	Mídia reforçada	30%	132.917	79.750	53.167
27/11 a 08/12/2008	12	Mídia reta final	50%	221.529	132.917	88.612
<b>Total</b>			<b>100%</b>	<b>443.058</b>	<b>265.835</b>	<b>177.223</b>

### Votos pela Internet

Período	Dias	Votos/período		V/d	00:00 a 05:59 (NI = 360 / 3)		06:00 a 11:59 (NI = 360 / 3)		12:00 a 17:59 (NI = 360 / 3)		18:00 a 20:59 (NI = 180 / 3)		21:00 a 24:00 (NI = 180 / 3)	
					10%	Votos S	20%	Votos S	20%	Votos S	30%	Votos S	20%	Votos S
10/10 a 31/10/2008	23	10%	26.584	1.156	116	1,0	231	1,9	231	1,9	347	5,8	231	3,9
01/11 a 15/11/2008	15	10%	26.584	1.772	177	1,5	354	3,0	354	3,0	532	8,9	354	5,9
16/11 a 26/11/2008	11	30%	79.750	7.250	725	6,0	1.450	12,1	1.450	12,1	2.175	36,3	1.450	24,2
27/11 a 08/12/2008	12	50%	132.917	11.076	1108	9,2	2.215	18,5	2.215	18,5	3.323	55,4	2.215	36,9
<b>Totais</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>	<b>265.835</b>											

V/d - Votos/dia NI – Número de intervalos Votos S – Votos simultâneos

## Votos pelo Serviço 0800

Período	Dias	Votos/período		V/d	00:00 a 05:59 (NI = 360 / 2)		06:00 a 11:59 (NI = 360 / 2)		12:00 a 17:59 (NI = 360 / 2)		18:00 a 20:59 (NI = 180 / 2)		21:00 a 24:00 (NI = 180 / 2)	
					10%	Votos S	20%	Votos S	20%	Votos S	30%	Votos S	20%	Votos S
10/10 a 31/10/2008	23	10%	17.722	771	77	0,4	154	0,9	154	0,9	231	2,6	154	1,7
01/11 a 15/11/2008	15	10%	17.722	1.182	118	0,6	236	1,3	236	1,3	354	3,9	236	2,6
16/11 a 26/11/2008	11	30%	53.167	4.833	483	2,7	967	5,4	967	5,4	1.450	16,1	967	10,7
27/11 a 08/12/2008	12	50%	88.612	7.384	738	4,1	1.477	8,2	1.477	8,2	2.215	24,6	1.477	16,4
<b>Totais</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>	<b>177.223</b>											

V/d - Votos/dia    NI – Número de intervalos    Votos S – Votos simultâneo

## **ANEXO D- PONTOS DE VOTAÇÃO – OP DIGITAL 2008**

### **LISTAGEM, CONTENDO A REGIONAL, LOGRADOURO, NÚMERO E BARRIO, RESPECTIVAMENTE:**

1. Unidade Móvel da Prodabel – 01 caminhão
2. Barreiro Sociedade Mineira de Cultura – PUC Rua Rosa Branca 87 Pilar
3. Barreiro CAC Barreiro Rua Pinheiro Chagas 252 Barreiro de Baixo
4. Barreiro Biblioteca Comunitária Barreiro de Cima Rua Modestino Sales Barbosa 11 Flávio Marques Lisboa
5. Barreiro Biblioteca Regional Bairro das Indústrias Rua Presidente Costa e Silva 453 Bairro das Indústrias
6. Barreiro Centro Comunitário Assim Chateaubriand Pça Treze 31 Vale do Jatobá
7. Barreiro Naf Bairro Independência Rua Água da Vida 14 Independência
8. Barreiro E. M. Aires da Mata Machado Av. Senador Levindo Coelho 132 Vale do Jatobá
9. Barreiro E. M. Ana Alves Teixeira Rua Barão de Monte Alto 300 Uruçuia (ou Cardoso )
10. Barreiro E. M. Antônio Aleixo Av. Olinto Meireles 250 Barreiro
11. Barreiro E. M. Antônio M. Guimarães Rua Intersindical, 270 Cardoso
12. Barreiro E. M. Antônio Salles Barbosa Rua Sabino José Ferreira 5 Tirol
13. Barreiro E. M. Aurélio B. de Holanda Rua Rafael Tobias 40 Regina
14. Barreiro E. M. Cônego Sequeira Rua Flor Chuva de Prata 40 Independência
15. Barreiro E. M. Dinorah M. Fabri Rua Pavão S/Nº Vila Cemig
16. Barreiro E. M. Dulce Maria Homem Rua Três Marias 221 Miramar
17. Barreiro E. M. Edith Pimenta da Veiga Rua Alameda Vargem Grande 38 Vila Castanheira
18. Barreiro E. M. Eloy Heraldo Lima Rua Engracia Costa e Silva 56 Jatobá IV
19. Barreiro E. M. Helena Antipoff R Antônio Eustáquio Piazza 4020 Tirol
20. Barreiro E. M. Jonas Barcellos Correa Rua E 240 Petrópolis
21. Barreiro E. M. Lucas M. Machado Rua H 12 Vila Pinho
22. Barreiro E. M. Luiz Gatti Rua O Garimpeiro 45 Conj. Ademar Maldonato
23. Barreiro E. M. Luiz Gonzaga Junior R Maria Pereira Damasceno 65 Vale do Jatobá
24. Barreiro E. M. Pe. Flávio Giammetta R Sebastião Maria da Silva 175 Barreiro de Baixo
25. Barreiro E. M. Pedro Aleixo Av. Menelick de Carvalho 255 Flávio Marques Lisboa
26. Barreiro E. M. Pedro Nava Rua São Pedro da Aldeia 45 Pilar
27. Barreiro E. M. Prof. Hilton Rocha Rua Arquiteto Morandi 134 Barreiro(Sta Margarida)
28. Barreiro E. M. Prof. José Braz Rua José Zuquim 210 Santa Margarida
29. Barreiro E. M. Prof. Mello Cançado Rua Petúnias 2058 Lindéia
30. Barreiro E. M. Profª. Isaura Santos Rua Hoffman 80 Miramar(ou Sta Cruz)

## PONTOS DE VOTAÇÃO – OP DIGITAL 2008

31. Barreiro E. M. Sebastião G. de Oliveira Rua Calêndula 10 Olaria
32. Barreiro E. M. União Comunitária Av Mª Joana Tavares 505 Brasil Industrial
33. Barreiro E. M. Vila Pinho Rua Coletora 956 Vila Pinho
34. Barreiro E. M. Vinícius de Moraes Rua Sebastião Moreira 409 Tirol
35. Centro-Sul Obras Sociais Nossa Senhora do Morro Beco Santa Inês 30 Santa Lúcia
36. Centro-Sul Província Carmelitana de Santo Elias Rua Grão Mogol 502 Carmo
37. Centro-Sul Sociedade Mineira de Cultura – Espaço Criança Esperança PUC Rua Desembargador Mário Mattos 0 Serra
38. Centro-Sul UFMG – Centro Cultural UFMG Rua Santos Dumont 174 Centro
39. Centro-Sul Shopping Caeté Av. Santos Dumond 477 Centro
40. Centro-Sul Shopping Tocantins Rua dos Caetés 360 Centro
41. Centro-Sul Centro de Apoio Pedagógico aos Deficientes – CAP Rua dos Tupis 149 Centro
42. Centro-Sul Instituto São Rafael Av. Augusto de Lima 2109 Barro Preto
43. Centro-Sul Instituto Beneficente Martinho Lutero Rua Nossa Senhora de Fátima 1035 Serra
44. Centro-Sul Paróquia Nossa Senhora de Nazaré Pça. Cairo 85 Santo Antônio
45. Centro-Sul E. M. Arthur Versiani Velloso Rua Carangola N° 288/4º  
Andar  
Santo Antônio
46. Centro-Sul E. M. Benjamim Jacob Rua Venezuela 643 Sion
47. Centro-Sul E. M. Caio Libano Soares Rua Carangola 288/6º  
Andar  
Santo Antônio
48. Centro-Sul E. M. Escola Municipal Marconi Av. do Contorno 8476 Santo Agostinho
49. Centro-Sul E. M. Ensino Especial Rua Carangola 288/2º  
Andar  
Santo Antônio
50. Centro-Sul E. M. Escola Municipal IMACO Parque Municipal S/Nº Centro
51. Centro-Sul E. M. Mestre Paranhos Rua Alcida Torres 20 Conj. Sta. Maria
52. Centro-Sul E. M. Profª Marília T. Pereira Av. Bernardo Monteiro 390 Santa Efigênia
53. Centro-Sul E. M. Prof. Edson Pisani Rua N. Sra. de Fátima 1015 Serra
54. Centro-Sul E. M. Sen. Levindo Coelho Rua Caraça 910 Serra
55. Centro-Sul E. M. Ulysses Guimarães Rua Bolívia 532 São Pedro



## PONTOS DE VOTAÇÃO – OP DIGITAL 2008

56. Centro-Sul Posto de Informação da Belotur - Rodoviária Pça. Rio Branco s/nº Centro
57. Centro-Sul Posto de Informação da Belotur – Mercado Central Av. Augusto de Lima 744 Centro
58. Centro-Sul Posto de Informação Turística da Belotur - SETUR Praça da Liberdade s/nº Funcionários
59. Centro-Sul Posto de Informação Turística da Belotur - MUSEU DE MINERALOGIA  
Av. Bias Fortes 50 Funcionários
60. Centro-Sul Posto de Informação Turística da Belotur - MERCADO DAS FLORES ( Parque Municipal )  
Av. Afonso Pena 1055 Centro
61. Centro-Sul Posto de Informação Turística da Belotur - ALÔ TURISMO Rua Pernambuco 282 Funcionários
62. Centro-Sul Restaurante Popular 2 - Área Hospitalar Rua Ceará 490 Santa Efigênia
63. Centro-Sul Restaurante Popular 1 - Rodoviária Avenida do Contorno 11 Centro
64. Leste UFMG- Núcleo Criança Feliz Rua Bela Vista 56 Serra
65. Leste Centro de Referência da População de Rua Av. do Contorno 1852 Barro Preto
66. Leste Asas – Associação Shekeneah de Assistência Social Rua Altair Pereira da Silva 205 Taquaril
67. Leste BH Cidadania – NAF Mariano de Abreu Rua Cinco de Janeiro 115 Mariano de Abreu
68. Leste CEVAE – Taquaril Rua São Vicente s/nº Granja de Freitas
69. Leste Mercado Distrital Leste Rua São Gotardo 247 Santa Tereza
70. Leste Qualificarte Mariano de Abreu Rua João Batista de Oliveira s/nº Mariano de Abreu
71. Leste APRONE – Assoc. para Melhoramento do Bairro Boa Vista Rua Honório Bicalho 771 Boa Vista
72. Leste Sede Regional Leste Rua Lauro Jaques 20 Floresta
73. Leste AMEMIP Rua Desembargador Bráulio 1147 Alto Vera Cruz
74. Leste Fundação São João Bosco para Infância – FUNJOBI Rua São Marcos 661 Sagrada Família
75. Leste Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora de Pompéia Rua Amazonita 238 Pompéia
76. Leste E. M. Emidio Berutto Av. Conceição do Pará 1726 Santa Inês
77. Leste E. M. Fernando Dias Costa R. Pedro Alexandrino de Mendonça 10 Taquaril
78. Leste E. M. George Ricardo Salum Rua Desembargador Bráulio 2250 Taquaril
79. Leste E. M. Israel Pinheiro Rua Desembargador Bráulio 1147 Alto Vera Cruz
80. Leste E. M. Levindo Lopes Rua Fluorina 1460 Alto Paraíso
81. Leste E. M. Maria das Neves Rua Piranga 39 São Lucas
82. Leste E. M. Mons. João R. de Oliveira Rua Arapari, 95 São Geraldo
83. Leste E. M. Paulo Mendes Campos Av. Assis Chateaubriand 429 Floresta
84. Leste E. M. Pe. Francisco C. Moreira Av. Itaituba 12 São Geraldo
85. Leste E. M. Pe. Guilherme Peters Rua Cel. Jorge Dário S/Nº Novo São Lucas

## PONTOS DE VOTAÇÃO – OP DIGITAL 2008

86. Leste E. M. Prof. Domiciano Vieira Rua São Bento 1591 Horto
87. Leste E. M. Prof. Lourenço de Oliveira Rua Anhanguera 47 Santa Tereza
88. Leste E. M. Profª. Alcida Torres Rua Álvaro Fernandes 144 Taquaril
89. Leste E. M. Santos Dumont Av. Men de Sá 600 Santa Efigênia
90. Leste E. M. São Rafael Rua Cel. Otávio Diniz S/Nº Pompéia
91. Leste E. M. Wladimir de Paula Gomes Rua Uarirá 350 Caetano Furquim
92. Nordeste Sociedade Mineira de Cultura – PUC Rua Walter Ianni 255 São Gabriel
93. Nordeste Escola Estadual Santo Afonso Av Bernardo Vasconcelos 1334 Palmares
94. Nordeste Associação Comunitária do Bairro Santa Cruz Avenida Bernardo de Vasconcelos 1377 Santa Cruz
95. Nordeste Creche Casa do Sol Rua Júnia Cristina 120 Nazaré
96. Nordeste Naf Vila Arthur de Sá Rua Melo Franco 189 União
97. Nordeste Quadra Poliesportiva do bairro São Marcos Rua Maria Auxiliadora 120 São Marcos
98. Nordeste Salão da Paróquia Santa Maria Mãe de Deus Rua Lauro Gomes Vidal 359 Dom Joaquim
99. Nordeste E. M. Agenor Alves de Cavalho Rua Agenor Alves S/Nº Nazaré
100. Nordeste E. M. Agenor de Sena Rua Doresópolis 325 Fernão Dias
101. Nordeste E. M. Americo René Giannetti Rua Jundiáí 557 Concórdia
102. Nordeste E. M. Anisio Teixeira Rua Bolivar 10 União
103. Nordeste E. M. Francisco Azevedo Rua Pitt 40 União
104. Nordeste E. M. Francisco Bressane Azevedo Rua Angola 109 São Paulo
105. Nordeste E. M. Gov. Carlos Lacerda Rua Princesa Leopoldina 490 Ipiranga
106. Nordeste E. M. Gov. Ozanan Coelho Rua Um 14 Cap. Eduardo
107. Nordeste E. M. Henriqueta Lisboa Rua Georgina de Pádua 207 Fernão Dias
108. Nordeste E. M. Honorina Rabello Rua Mª da Conceição Bonfim 315 Goiânia
109. Nordeste E. M. Hugo Pinheiro Soares Rua Jundiáí 567 Fernão Dias
110. Nordeste E. M. Humberto Castelo Branco Rua Santa Apolônia 120 São Marcos
111. Nordeste E. M. J. M. Elos Rua Angola 357 São Paulo
112. Nordeste E. M. J. M. Renascença Rua Macapá 224 Renascença
113. Nordeste E. M. José de Calasanz Rua Sebastião Santana Filho 203 Ipê
114. Nordeste E. M. Mª da Assunção de Marco Rua Carangola 288 / 3º Andar  
Sto Antônio
115. Nordeste E. M. Murilo Rubião Rua Dr. Adílson Rocha Facury 10 J. Belmont
116. Nordeste E. M. Oswaldo França Junior Rua Circular 335 São Gabriel
117. Nordeste E. M. Persio Pereira Pinto BR - 262 - KM 10 Borges

## PONTOS DE VOTAÇÃO – OP DIGITAL 2008

118. Nordeste E. M. Prof. Sousa Lima Rua dos Paraguaiois 97 J. Vitória
119. Nordeste E. M. Prof. Edgar da M. Machado Rua Penalva 201 Dom Silvério
120. Nordeste E. M. Prof. Milton Lage Rua A, 70 J. Vitória
121. Nordeste E. M. Prof. Paulo Freire Rua Dianópolis 170 Rib. de Abreu
122. Nordeste E. M. Profª. Acidalia Lott Rua São Rodrigues 10 Paulo VI
123. Nordeste E. M. Profª Consuelita Candida Rua Dom Silvério 301 J. Belmont
124. Nordeste E. M. Profª Eleonora Pieruccetti Av. Bernardo Vasconcelos 288 Cachoeirinha
125. Nordeste E. M. Profª Helena Abdalla Av. Arnaldo Lourenço 602 J. Vitória
126. Nordeste E. M. Profª Maria Mazarello Rua Benedito Neves 45 Nazaré
127. Nordeste E. M. Profª Mª Modesta Cravo Av. Dr. Júlio Otaviano Ferreira 1085 Cidade Nova
128. Nordeste E. M. Sobral Pinto Rua Cinco 120 Conj. Paulo VI
129. Noroeste Creche Comunitária da Vila Sumaré Rua Sumaré 175 Sumaré
130. Noroeste Escola Profissionalizante Raimundo da Silva Soares Rua Carmo do Rio Claro 411 Pedreira Prado Lopes
131. Noroeste UFMG – Centro Cultural Tambolelé Rua Passo Fundo 124 Novo Glória
132. Noroeste Centro BH Cidadania – Vila Senhor dos Passos Rua Evaristo da Veiga 239 Pedreira Prado Lopes
133. Noroeste- Associação Comunitária do Bairro Camargos Rua Sircoonio 355 Camargos
134. Noroeste Associação Comunitária do Conjunto Califórnia II Rua Patrício Barbosa 839 Califórnia
135. Noroeste Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Dom Cabral Praça da Comunidade Dom Cabral
136. Noroeste Associação dos Moradores do Conjunto Califórnia I Rua dos Bandolins 114 Califórnia
137. Noroeste CAC Serrano Rua Tocantins 445 Cj Celso Machado
138. Noroeste GECAM II Rua dos Arquitetos 789 Alípio de Melo
139. Noroeste Projeto Girassol Rua Flor do Campo 302 Jardim Filadélfia
140. Noroeste Casa da Criança Santo Antônio Rua dos Violões 605 Vila Califórnia
141. Noroeste Projeto Bem Te Vi Bem Te Quis Rua Frei Conceição Veloso 434 João Pinheiro
142. Noroeste E. M. Arthur Guimarães Av. Américo Vespúcio 1610 Nova Esperança
143. Noroeste E. M. Augusta Medeiros Rua General Clarck 28 Coqueiros
144. Noroeste E. M. Carlos Góis Rua Mendes de Oliveira 446 Santo André
145. Noroeste E. M. Colégio M. Belo Horizonte Av. José Bonifácio 189 São Cristóvão
146. Noroeste E. M. Dom Jaime de B. Câmara R. Frederico Bracher Jr 123 Carlos Prates
147. Noroeste E. M. Dr. José Diogo de A. Magalhães R. Carmo do Rio Claro 145 São Cristóvão
148. Noroeste E. M. Honorina de Barros Pça. Prof. Correa Neto S/Nº São Cristóvão
149. Noroeste E. M. Ignácio de Andrade Melo Rua Violeta de Melo 988 São José
150. Noroeste E. M. J. M. Cornélio Vaz de Melo R. Leopoldino de Oliveira 231 Aparecida
151. Noroeste E. M. J. M. Mª da Gloria Lommez Rua Pedro Lessa 506 Santo André

## PONTOS DE VOTAÇÃO – OP DIGITAL 2008

152. Noroeste E. M. João Pinheiro R Pe.Manoel Bernardes 303 Alto dos Pinheiros
153. Noroeste E. M. Júlia Paraíso Rua Tiês S/Nº Alípio de Melo
154. Noroeste E. M. Luigi Toniolo Rua Mafra 124 Coqueiros
155. Noroeste E. M. Maria de Rezende Costa Av. Abílio Machado 1009 Frei Eustáquio
156. Noroeste E. M. Marlene P. Rancante Rua Comerciantes 38 Alípio de Melo
157. Noroeste E. M. Mons. Arthur de Oliveira Rua Fornaciari 157 Caiçara
158. Noroeste E. M. Nossa Senhora do Amparo Rua Hespéria 300 Parque Riachuelo
159. Noroeste E. M. Pe Edeimar Massote Rua Eneida 1485 Coqueiros
160. Noroeste E. M. Pref. Oswaldo Pieruccetti Rua Régida 309 Jardim Filadélfia
161. Noroeste E. M. Prof. Cláudio de O. Brandão Rua Cantagalo 1147 Parque Riachuelo
162. Noroeste E. M. Prof. João Camilo Torres Rua Ester Batista Vieira 12 Califórnia
163. Noroeste E. M. Prof. Mario Werneck Rua Igará 10 Santa Maria
164. Norte Seja – Sociedade Espírita Joana Dangelis Rua Santa Clara de Assis 0 Primeiro de Maio
165. Norte CAC Providência Rua Arantina 375 Minaslândia
166. Norte ASMIG (Associação das Mães e Chefes de Família de MG) Rua Armando Ribeiro dos Santos 331 São Bernardo
167. Norte Assoc. Com. Cultural Espo. Moradores B. Campo Alegre Rua Bom Jesus do Livramento 182 Campo Alegre
168. Norte Associação dos Moradores do Residencial das Flores Rua Alberto Martins 45 Jaqueline
169. Norte Centro Educacional Ana Beatriz Rua Quarenta e Seis 45 Novo Araão Reis
170. Norte Creche São Tomaz de Aquino Rua Dez de Novembro 176 São Thomaz
171. Norte Igreja Nossa Senhora de Fátima Rua Furquim Werneck 0 Tupi
172. Norte Sede Regional Norte Rua Pastor Muryllo Cassete 25 São Bernardo
173. Norte E. M. Cônsul Antônio Cadar Rua Rio Parnaíba 30 Providência
174. Norte E. M. Des.Loreto Ribeiro de Abreu R. Marcos Donato de Lima S/Nº Ribeiro de Abreu
175. Norte E. M. Florestan Fernandes Rua Pau Ferro 360 Solimões
176. Norte E. M. Francisco Campos Rua Heraldo Belisário 190 Tupi
177. Norte E. M. Francisco Magalhães Gomes Rua dos Mamoeiros 98 Vila Clóvis
178. Norte E. M. Helio Pellegrino Rua Guilherme Soares 255 Guarani
179. Norte E. M. Hilda Rabello Matta Rua Imbiras 72 Heliópolis
180. Norte E. M. Jardim Felicidade Rua Exp. Jésus Ramos 250 Conjunto Felicidade
181. Norte E. M. José Mª dos Mares Guia Rua dos Beneditinos, 180 Heliópolis
182. Norte E. M. Josefina Souza Lima Rua Maria Ortiz 195 1º de Maio
183. Norte E. M. Maria Silveira Rua Libânia Pena S/Nº São Bernardo
184. Norte E. M. Minervina Augusta Rua David Canabarro 18 Campo Alegre
185. Norte E. M. Prof. Daniel Alvarenga Rua Machado de Assis 751 Londrina

## PONTOS DE VOTAÇÃO – OP DIGITAL 2008

186. Norte E. M. Rui da Costa Val Rua 28 30 Conjunto Felicidade
187. Norte E. M. Sebastiana Novais Rua Anita Malfati 60 Tupi
188. Norte E. M. Sec. Humberto de Almeida Rua Areia Branca 03 Ribeirão de Abreu
189. Norte E. M. Tristão da Cunha Rua Dr. José Ferolla 80 Planalto
190. Oeste Assoc. Comunitária e Ecológica Morro das Pedras Rua Doze de Maio 15 Jardim América
191. Oeste Associação Comunitária do Bairro Alpes e Adjacências Rua Doze de Maio 65 Vila Leonina
192. Oeste Associação dos Moradores da Vila Esporte Clube/Glailija Rua Antônio Vieira Nunes 29 Glailija
193. Oeste Associação Mineira de Proteção à Criança Rua Visconde de Cairu 75 Madre Gertudres
194. Oeste Centro de Apoio Comunitário Havaí Avenida Costa do Marfim 480 Havaí
195. Oeste Centro Social São Francisco de Sales Rua Treze 186 Vista Alegre
196. Oeste CEVAE – Morro das Pedras Rua Belfot Roxo 215 Nova Granada
197. Oeste Grupo de Crianças e Adolescentes do Cabana e Região Rua São Geraldo 25 Cabana
198. Oeste CAC Havaí Rua Engenheiro Alberto Pontes 75 Buritys
199. Oeste Centro Juvenil Dom Bosco Rua São Carlos 201 Madre Gertrudes
200. Oeste Projeto Crersendo Marista Rua Canoas 226 Betânia
201. Oeste AAGC – Ação Social Reverendo Américo Gomes Coelho Rua Tibiriçá 844 Jardim América
202. Oeste Projeto Crersendo Marista Rua Canoas 226 Betânia
203. Oeste AAGC – Ação Social Reverendo Américo Gomes Coelho Rua Tibiriçá 844 Jardim América
204. Oeste E. M. Deputado Milton Salles Rua Teófilo Filho 222 Jardim América
205. Oeste E. M. Ensino E. Frei Leopoldo Rua Clóvis Cyrilo Limonge 141 Havaí
206. Oeste E. M. Francisca de Paula Rua Júlio de Castilho 234 Cinquentenário
207. Oeste E. M. Hugo Werneck Rua Oscar Trompowsky 1372 Vila São Jorge
208. Oeste E. M. J. M. Maria Sales Ferreira Av. Amazonas 5855 Gameleira
209. Oeste E. M. J. M. Prof. Cristovam C. dos Santos Rua Nicolina de Lima 316 Alto Havaí
210. Oeste E. M. João do Patrocínio Rua Seringueira 128 Nova Gameleira
211. Oeste E. M. Magalhães Drumond Rua Contendas 63 Alto Barroca
212. Oeste E. M. Mestre Ataíde Rua Augusto José dos Santos 560 Betânia
213. Oeste E. M. Oswaldo Cruz Rua Santos 2200 Jardim América
214. Oeste E. M. Pe. Henrique Brandão Rua Crispim Jaques 987 Vista Alegre
215. Oeste E. M. Pref. Aminthas de Barros Rua San Salvador 71 Havaí
216. Oeste E. M. Profª. Efigênia Vidigal Rua José Gualberto 295 Palmeiras
217. Oeste E. M. Salgado Filho Rua Clóvis Cyrilo Limonge 151 Havaí
218. Oeste E. M. Tenente Manoel M. Penido Rua Amur 48 Conjunto Betânia
219. Pampulha Projeto Social Vem Viver Rua Poço Fundo 0 Santa Terezinha

## PONTOS DE VOTAÇÃO – OP DIGITAL 2008

220. Pampulha Centro de Convivência de Saúde Mental Av. Portugal 3291 Santa Branca
221. Pampulha Igreja do Evangelho Quadrangular Rua Monsenhor Nogueira Duarte 164 Santa Terezinha
222. Pampulha Parque Lagoa do Nado Rua Ministro Hermenegildo de Barros 940 Itapoá
223. Pampulha Sede Regional Pampulha Av. Antônio Carlos 7596 São Luiz
224. Pampulha Centro Juvenil Salesianos Rua Carlos Campos Mota 567 Itatiaia
225. Pampulha E. M. Anne Frank Rua K 445 Confisco
226. Pampulha E. M. Aurélio Pires Rua Barrinha 171 Liberdade
227. Pampulha E. M. Carmelita C. Garcia Rua Aluísio Davis 53 Ouro Preto
228. Pampulha E. M. Dom Orione R. Exp. Benvindo Belém de Lima 500 Ouro Preto
229. Pampulha E. M. Francisca Alves Av. Sta. Terezinha S/Nº Sta. Terezinha
230. Pampulha E. M. J. M. Henfil Rua Boaventura 736 Liberdade
231. Pampulha E. M. José Madureira Horta Rua Joaquim Raimundo Braga 40 Santa Amélia
232. Pampulha E. M. Lídia Angélica Rua Cel. Índio do Brasil 164 Itapoã
233. Pampulha E. M. Maria de M. Pinto Rua Senador Virgílio Tavares 155 Itatiaia
234. Pampulha E. M. Prof. Amilcar Martins Rua Prelúdio 50 Santa Amélia
235. Pampulha E. M. Profª. Alice Nacif Rua Exp. Paulo de Souza 721 Itatiaia
236. Pampulha E. M. Santa Terezinha Rua Conceição Aparecida 180 Santa Terezinha
237. Pampulha Posto de Informação da Belotur- Igreja de São Francisco de Assis  
Av. Otacílio Negrão de Lima s/nº Pampulha
238. Pampulha Centro de Referência Turística da Belotur Álvaro Hardy – VEVECO  
Av. Otacílio Negrão de Lima 855 São Luiz
239. Venda Nova Biblioteca da Copersol Rua Santa Vitória 136 Jardim Lebloln
240. Venda Nova Centro Comunitário Felipe Aranha Rua Luzia Salomão 300 Mantiqueira
241. Venda Nova CEVAE – Serra Verde Rua Sebastião Gomes Pereira 140 Serra Verde
242. Venda Nova Ong Elos de Amor Rua Julita Nunes Lima 147 Minas Caixa
243. Venda Nova Ong Mudança Já Rua do Cerrado 192 Candelária
244. Venda Nova Biblioteca da SARMU – Venda Nova Rua Padre Pedro Pinto 1055 Venda Nova
245. Venda Nova Paróquia São Gaspar Bertoni Pça São Jorge 1 Lagoa
246. Venda Nova E. M. Adauto Lúcio Cardoso Rua Ernesto Gazzolli S/Nº Céu Azul
247. Venda Nova E. M. Antônia Ferreira Rua João Gualberto de Abreu 10 São João Batista
248. Venda Nova E. M. Antônio Gomes Horta Rua Antônio José de Oliveira 161 Parque São Predro
249. Venda Nova E. M. Armando Ziller Rua Geraldo Ilídio Teixeira 283 Mantiqueira

## PONTOS DE VOTAÇÃO – OP DIGITAL 2008

250. Venda Nova E. M. Carlos Drumond de Andrade Rua José Galding 21 Letícia
251. Venda Nova E. M. Cônego Raimundo Trindade Rua Altinópolis 585 Piratininga
252. Venda Nova E. M. Cora Coralina Rua Lisboa 54 Copacabana
253. Venda Nova E. M. Dep. Renato Azeredo Rua São Bernardo 240 Maria Helena
254. Venda Nova E. M. Dora Tomich Laender Rua Julita Nunes Lima 53 Minas Caixa
255. Venda Nova E. M. Elisa Buzelin Rua Jair Afonso Inácio 277 Piratininga
256. Venda Nova E. M. Ens. Esp. Venda Nova Rua Carlos Torrezon 190 Letícia
257. Venda Nova E. M. Geraldo Texeira da Costa Rua Márcio Lima Paixão 8 Rio Branco
258. Venda Nova E. M. Gracy Viana Lage Rua 63 23 J.dos Comercíarios
259. Venda Nova E. M. J. M. Alessandra Salum Cadar Rua Budapeste 68 Jardim Europa
260. Venda Nova E. M. J. M. Míriam Brandão Rua João de Carvalho Barros 50 Serra Verde
261. Venda Nova E. M. Joaquim dos Santos R. Antônio José dos Santos 300 Céu Azul
262. Venda Nova E. M. José Maria Alkimim Rua Benigno Fagundes Silva S/Nº Serra Verde
263. Venda Nova E. M. Mário Mourão Filho R. Maria Gertrudes dos Santos 1029 Céu Azul
264. Venda Nova E. M. Milton Campos Rua Jovino Rodrigues Pêgo 145 Mantiqueira
265. Venda Nova E. M. Moysés Kalil Rua Afonso Pereira da Silva 10 Mantiqueira
266. Venda Nova E. M. Pe. Marzano Matias Rua Érico Veríssimo 1280 Rio Branco
267. Venda Nova E. M. Pres. Tancredo Neves Rua Radialista Joaquim da Fonseca 45 Céu Azul
268. Venda Nova E. M. Prof. Moacyr Andrade Rua dos Caçadores 93 Vila Santa Branca
269. Venda Nova E. M. Prof. Pedro Guerra Rua João Ferreira Silva 230 Mantiqueira
270. Venda Nova E. M. Prof. Tabajara Pedroso Rua Geraldo da Anunciação 45 Candelária
271. Venda Nova E. M. Profª. Ondina Nobr0065 Rua José Junquilha 417 Céu Azul
272. Venda Nova E. M. Tancredo P. Guimarães Rua Saturno 09 Vila Satélite
273. Venda Nova E. M. Ver. Antônio Menezes Rua Luiz Furtado Filho 10 Letícia
274. Venda Nova E. M. Vicente Guimarães R. Izaura Pereira de Almeida 110 Letícia
275. Venda Nova Restaurante Popular 3 - Estação "BHBus" Rua Padre Pedro Pinto 2 Venda Nova

## ANEXO E- ESTRUTURA DO SITE OP DIGITAL 2008



[Página Inicial](#) [Dúvidas](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Final

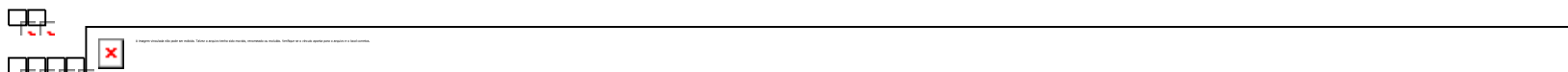
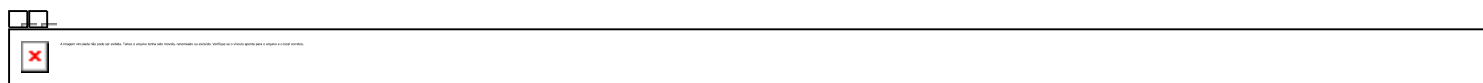
Obra vencedora

Conheça as Outras Obras

Resultado

Vídeo OP Digital

FOTOS DE CARTÕES POSTAIS DE BELO HORIZONTE



[para um amigo.](#)

[Indique o OP Digital](#)



